

*Alberes de Siqueira Cavalcanti*

# **ÉTICA E CIDADANIA NA PRÁTICA EDUCACIONAL**

**PROMOÇÃO:**

*PREFEITURA, Trabalho e Honestidade-SEMED*

*Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Pe Marcos Passerine*

**APOIO:**

*UNICEF*

# SUMÁRIO

- Introdução
- o que é Ética
- o que é Cidadania
- Cidadania de Crianças e Adolescentes
- Ética e Cidadania na Escola
- o Lugar da Cidadania
- A Transversalidade como Método
- O Lugar da Ética
- Construindo Cidadania
- Uma Última Reflexão
- Bibliografia Consultada

# INTRODUÇÃO

Há muito que a educação formal vem sendo praticada com uma única preocupação: o conhecimento. Na escola ensina-se tudo o que está relacionado ao conhecimento, à instrução. É lá que os alunos vão aprender as regras gramaticais, as operações matemáticas, os acontecimentos históricos, os elementos químicos, as leis físicas, etc. etc; A educação escolar efetivamente é formal. Dela o aluno pode sair como uma verdadeira enciclopédia, com informações sobre quase tudo. Quase tudo, pois a questão central do processo educativo do ponto de vista pedagógico, a formação do ser humano, termina por ficar esquecida num canto qualquer da sala de aula.

A dicotomia existente entre conhecimento e vida salta aos olhos. O que se aprende na escola parece não relacionar-se com a vida: o que é pior, o aluno, esta criança que tem na escola um dos seus primeiros passos de socialização, passa por esta instituição parte de sua vida e com raras exceções recebe uma formação que vise o seu desenvolvimento enquanto pessoa e cidadão. Não é que a escola deva descuidar-se da transmissão do conhecimento. É que o conhecimento é apenas uma parte e não o todo da formação humana.

Enquanto humanos, somos seres sociais e políticos. Convivemos com outros indivíduos, temos uma vida pública. E não é simplesmente, a formação intelectual, o conhecimento, que nos ajuda na construção de novas relações sociais e de um convívio que aponte para uma sociedade mais humana porque mais justa e solidária. Disto decorre a necessidade de repensarmos as práticas educacionais em termos de ética e cidadania.

Uma questão particular quanto à educação para a cidadania merece destaque: apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente ter completado dez anos de existência, praticamente a escola desconhece-o, ou seja, desconhece a cidadania dos alunos, enquanto crianças e adolescentes. Este desconhecimento, por parte de uma escola tão centrada no conhecimento, deve ser vencido. Por isto, quando refletimos sobre a cidadania fizemos questão de também apresentar algumas considerações sobre a cidadania de crianças e adolescentes, por ser ângulo tão pouco explorado em, termos educacionais.

*Ética e Cidadania na Prática Educacional* não tem a pretensão de ensinar aos profissionais da educação como fazer educação para a cidadania. A intenção é apresentar reflexões, exemplos, sugestões de se pensar uma prática educacional diferenciada pela preocupação ética e cidadã. Neste sentido, ressaltamos os Parâmetros Curriculares Nacionais, como uma proposta a ser pensada com carinho por todos que querem fazer educação para a cidadania e ter na escola um convívio mais ético. Acreditamos, por fim que ele é um instrumento, uma, espécie de manual, que pode auxiliar aos técnicos educacionais e professores nas suas atividades. Mas não é uma receita de bolo que dispense os profissionais da reflexão e da criação. Nesse caminho somos todos aprendizes onde o, caminho vai sendo feito pelo próprio caminhar.

## O que é ética?

A origem da palavra ética vem do grego "ethos", que quer dizer o modo de ser, o caráter. Os romanos traduziram o "ethos" grego, para o latim "mos" (ou no plural "mores"), que quer dizer costume, de onde vem a palavra moral. Tanto "ethos" (caráter) como "mos" (costume) indicam um tipo de comportamento propriamente humano que não é natural, o homem não nasce com ele como se fosse um instinto, mas que é "adquirido ou conquistado por hábito" (VÁZQUEZ). Portanto, ética e moral, pela própria etimologia, diz respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente a partir das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem.

No nosso dia-a-dia não fazemos distinção entre ética e moral, usamos as duas palavras como sinônimos. Mas os estudiosos da questão fazem uma distinção entre as duas palavras. Assim, a moral é definida como o conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social. A moral é normativa. Enquanto a ética é definida como a teoria, o conhecimento ou a ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar e criticar a moral ou as morais de uma sociedade. A ética é filosófica e científica.

"Nenhum homem é uma ilha". Esta famosa frase do filósofo inglês Thomas Morus, ajuda-nos a compreender que a vida humana é convívio. Para o ser humano viver é conviver. É justamente na convivência, na vida social e comunitária, que o ser humano se descobre e se realiza enquanto um ser moral e ético. É na relação com o outro que surgem os problemas e as indagações morais: o que devo fazer? Como agir em determinada situação? Como comportar-me perante o outro Diante da corrupção e das injustiças, o que fazer?

Portanto, constantemente no nosso cotidiano encontramos situações que nos colocam problemas morais. São problemas práticos e concretos da nossa vida em sociedade, ou seja, problemas que dizem respeito às nossas decisões, escolhas, ações e comportamentos os quais exigem uma avaliação, um julgamento, um juízo de valor entre o que socialmente é considerado bom ou mau, justo ou injusto, certo ou errado, pela moral vigente.

O problema é que não costumamos refletir e buscar os "porquês" de nossas escolhas, dos comportamentos, valores. Agimos por força do hábito, dos costumes e da tradição, tendendo a naturalizar a realidade, social, política, econômica e cultural. Com isto, perdemos nossa capacidade crítica diante da realidade. Em outras palavras, não costumamos fazer ética, pois não fazemos a crítica, nem buscamos compreender e explicitar a nossa realidade moral.

No Brasil, encontramos vários exemplos para o que afirmamos acima. Historicamente marcada pelas injustiças sócio-econômicas, pelo preconceito racial e sexual, pela exploração da mão-de-obra infantil, pelo "jeitinho" e a "lei de Gerçon", etc, etc. A realidade brasileira nos coloca diante de problemas éticos bastante sérios. Contudo, já estamos por demais acostumados com nossa

miséria de toda ordem.

Naturalizamos a injustiça e consideramos normal conviver lado a lado as manções e os, barracos, as crianças e os mendigos nas ruas; achamos inteligente e esperto levar vantagem em tudo e tendemos a considerar como sendo otário quem procura ser honesto. Na vida pública, exemplos é o que não faltam na nossa história recente: "anões do orçamento", *impeachment* de presidente por corrupção, compras de parlamentares para a reeleição, os mandamentos "b o", máfia do crime organizado, desvio do Fundef, etc, etc.

Não sem motivos fala-se numa crise ética, já que tal realidade não pode ser reduzida tão somente ao campo político-econômico, envolve questões de valor, de convivência, de consciência, de justiça, de justiça. Envolve vidas humanas. Onde há vida humana em jogo, impõem-se necessariamente um problema ético. O homem, enquanto ser ético enxerga o seu semelhante, não lhe é indiferente a apelo que o outro me lança é de ser tratado, com a gente e não como coisa ou bicho. Neste sentido, a Ética vem denunciar toda realidade onde o ser humano é: coisificado e animalizado, ou seja, onde o ser humano concreto é desrespeitado na sua condição humana.

### **Os problemas da ética**

A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta.

Tradicionalmente ela é entendida como uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento.

*VALLS. O que é ética. São Paulo: Brasiliense, 1991 p. 7*

### **Indignação ética**

Na época da escravidão as pessoas acreditavam que os escravos eram seres inferiores por natureza (como dizia Aristóteles) ou pela vontade divina (como diziam muitos na América colonial). Elas não se sentiam eticamente questionadas diante da injustiça cometida contra os escravos. Isso porque o termo "injustiça" já é fruto de juízo ético de alguém que percebe que a realidade não é o que deveria ser. A experiência existencial de se rebelar diante de uma situação desumana ou injusta é chamada também de *indignação ética*.

Tal indignação é uma das experiências fundamentais, pois é a experiência de liberdade frente às normas injustas e petrificadas aceitas com "normalidade". É a experiência que nos permite também desmascarar o mal travestido de normalidade e descobrir, mesmo que parcial e superficialmente, o bem e a justiça. Leva-nos também a vislumbrar um futuro que seja uma mera repetição do presente, e nos impulsiona a construirmos um futuro diferente e melhor do que o presente.

*SUNG e SILVA, Conversando sobre Ética e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1997, p.16-17.*

## O que é cidadania?

A origem da palavra cidadania vem do latim "*civitas*", que quer dizer cidade. A palavra cidadania foi usada na Roma antiga para' indicara situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer. Segundo Dalmo Dallari:

*“A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.*

(DALLARI, *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998. p.14)

No Brasil, estamos gestando a nossa cidadania. Damos passos importantes com o processo de redemocratização e a Constituição de 1988. Mas muito temos que andar. Ainda predomina uma versão reducionista da cidadania (votar, de de forma, obrigatória, pagar os impostos... ou seja, fazer coisas que nos são impostas) e encontramos muitas barreiras culturais e históricas para a vivência redemocratização cidadania. Somos filhos e filhas de uma nação nascida sob o signo da cruz e da espada, acostumados a apanhar calados, a dizer sempre "sim senhor", a "engolir sapos", a achar "normal" as injustiças, a termos um "jeitinho" para tudo, a não levar a sério a coisa pública, a pensar que direitos são privilégios e exigi-los é ser boçal e metido, a pensar que Deus é brasileiro e se as coisas estão como estão é por vontade Dele.

Os direitos que temos não nos foram conferidos, mas conquistados. Muitas vezes compreendemos os direitos como uma concessão, um favor de quem está em cima para os que estão em baixo. Contudo, a cidadania não nos é dada, ela é construída e conquistada a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.

A cidadania não surge do nada como um toque de mágica, nem tão pouco a simples conquista legal de alguns direitos significa a realização destes direitos. É necessário que o cidadão participe, seja ativo, faça valer os seus direitos. Simplesmente porque existe o Código do Consumidor, automaticamente deixarão de existir os desrespeitos aos direitos do consumidor ou então estes direitos sê tornarão efetivos? Não! Se o cidadão não se apropriar desses direitos fazendo-os valer, esses serão letra *morta*, ficarão só no papel.

Construir cidadania é também construir novas relações e consciências. A cidadania é algo que não se aprende com os livros, mas com a convivência, na vida social e publica. É no convívio do dia-a-dia que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que estabelecemos com os outros, com a coisa publica e o próprio meio ambiente. A cidadania deve ser perpassada por temáticas como a solidariedade, a democracia, os direitos humanos, a ecologia, a ética.

A cidadania é tarefa que não termina. A cidadania não é como um dever de casa, onde faço a minha parte, apresento e pronto, acabou. Enquanto seres inacabados que somos, sempre estaremos buscando, descobrindo, criando e tomando consciência mais amplas dos direitos. Nunca poderemos chegar a entregar a tarefa pronta pois novos desafios na vida social surgirão, demandando novas conquistas e portanto mais cidadania.

### **Indivíduo e cidadão**

Quem de nós ainda não sentiu na carne a separação que existe entre o seu interesse particular e o interesse comum, o bem da sociedade? São interesses difíceis de conciliar, embora sejam interdependentes.

O homem moderno encontra-se no cruzamento de duas vias: a vida privada e a vida pública. Nessa esquina, ele vive a duplicidade de sua natureza social: a de ser indivíduo e cidadão. Os sinais desse trânsito são simultâneos: compõem-se de direitos e deveres sociais. Como indivíduo e cidadão são realidades inseparáveis, os indivíduos, enquanto membros de uma nação, tornaram-se cidadãos, isto é, são capazes de participar e de opinar sobre a vida política.

Ao compartilhar um mesmo território sob o domínio político de um Estado, os indivíduos-cidadãos exercitam reivindicações por melhores condições de vida. É o aprendizado da cidadania e, também, a sua conquista. Desenvolvem uma consciência social e, dependendo do grau de participação política, expressam-na como consciência comunitária.

(...) À medida que tomam consciência de si, de seus iguais e do todo social, os indivíduos sentem-se herdeiros de um patrimônio físico e cultural comum a todos: as ruas, os parques, a língua. Formam um povo.

**CORDI et alli. Para filosofar. Scipione: São Paulo, 1997 p.97**

## **Cidadania de crianças e adolescentes**

Enquanto educadores estamos acostumados a olhar as crianças e os adolescentes simplesmente como alunos, estudantes. Esquecemos que diante de nós estão seres humanos em processo de desenvolvimento físico, psíquico e social. Esquecemos também, ou desconhecemos, que, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, constituiu-se um novo paradigma para a cidadania infantil. É necessário na prática educacional revermos estas duas condições dos alunos, ou seja, enquanto seres humanos em desenvolvimento e enquanto cidadãos.

A psicologia e a pedagogia tem nos ajudado a compreender melhor as características peculiares de crianças e adolescentes. Hoje sabemos que crianças e adolescentes não são adultos em miniaturas. Infelizmente, na prática, é comum "adultizarmos" as crianças, isso se manifesta, por exemplo, na maneira de vestir, na imposição de modelos de comportamento adulto para as crianças, nas responsabilidades que transferimos para as crianças, no uso de uma linguagem conceitual, no

impedimento da brincadeira, no acúmulo de atividades que levam as crianças ao estresse. Isto não significa que a educação far-se-á dê forma frouxa, sem colocar limites e responsabilidades; Significa tão somente que a educação far-se-á respeitando a condição de infância da criança. Se quisermos uma sociedade saudável, devemos começar a cuidar melhor das crianças, que em síntese significa deixar as crianças viver a sua infância. Ultimamente estamos tão preocupados em preparar as crianças para o mundo globalizado e tecnológico que descuidamos de algo muito importante: deixar a criança curtir a sua infância, ter contato com a natureza, brincar com os amigos... descobrir um mundo que não é só fardo. Elas têm esse direito, inclusive reconhecido internacionalmente pela Declaração dos Direitos da Criança (20 de novembro de 1959) e pela Convenção Internacional pelos Direitos da Criança e/do Adolescente (20 de novembro de 1989).

### **Da inutilidade da infância**

(...)E eu me pergunto sobre a escola... Que crianças ela toma pelas mãos...

Claro, se a coisa importante é a utilidade social temos de começar reconhecendo que a criança é inútil, um trambolho. Como se fosse uma pequena muda de repolho, bem pequena, que não serve para salada, acabará por se transformar num gordo e suculento repolho e, quem sabe, um saboroso chucrute? Então olharíamos para a criança não como quem olha para uma vida que é fim em si mesma, que tem direito ao hoje pelo hoje... Ora, a muda do repolho não é um fim. É um meio. O agricultor ama, na mudinhas de repolho, os caminhões de cabeças gordas que ali se encontram escondidas e prometidas. Ou, mais precisamente, os lucros que delas se obterá... utilidade social.

Reconheçamos: as crianças são inúteis....

(...)E as nossas escolas? Pra que?

Conheço um mundo de artifícios de psicologia e de didática para tornar a aprendizagem mais eficiente. Aprendizagem mais eficiente: mais sucesso na transformação do corpo infantil brincante no corpo adulto produtor. Mas para saber se vale a pena seria necessário que comparássemos o sono das crianças com o sono dos adultos. Diz a psicanálise que o projeto inconsciente do ego, o impulso que vai empurrando a gente pela vida agora, esta infelicidade e insatisfação indefinível que nos faz lutar para ver se, depois, num momento do futuro, a gente volta a rir. Sim, diz a psicanálise que este projeto inconsciente é a recuperação de um experiência infantil de prazer. Redescobrir a vida como brinquedo. Já pensaram no que isto implicaria? É difícil, afinal de contas a escolas são instituições dedicadas a destruição das crianças. Algumas, de forma brutal. Outras de forma delicada. Mas em todas elas se encontra o moto:

*A criança que brinca é nada mais que um meio para o adulto que produz.*

***ALVES, R. Histórias para quem gosta de ensinar, p.5-8***

### **Estatuto: a conquista legal da cidadania**

Na formação do educador nada é visto sobre a história da criança e do adolescente. A falta de uma visão histórica/ da realidade de crianças e adolescentes, entre outros fatores, dificulta a compreensão dos educadores com relação à cidadania de crianças e adolescentes. É preciso resgatarmos esta história que não foi contada, para compreendermos como desde a colonização,

sistematicamente as crianças e os adolescentes vêm sendo desrespeitados e tratados como não cidadãos. Basta lembrarmos alguns episódios da nossa história como a catequese das crianças indígenas, a escravidão das crianças negras, a roda dos expostos, o Código de Menores e as Febens.

Este quadro de desrespeito prossegue nos nossos dias. Os jornais constantemente nos trazem matérias chocantes sobre exploração da mão-de-obra infantil, prostituição infantil, violência doméstica contra crianças e adolescentes, crianças de rua. São os frutos de uma história de exclusão e autoritarismo, da qual a escola não pode esquivar-se, pois também contribuiu para isso ao reproduzir dentro de suas quatro paredes o que era vivenciado fora. A escola também "foi" autoritária e excludente.

O Brasil deu um passo importante na conquista da cidadania infanto-adolescente, ao promulgar em 13 de julho de 1990 a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). O Estatuto representa um novo paradigma com relação ao tratamento dispensado à infância e adolescência brasileira para compreendermos esta conquista da sociedade brasileira, é necessário conhecermos um pouco do que existia antes do ECA, ou seja, o Código de Menores.

O primeiro **Código de Menores** foi criado em 1927, tendo a autoria do juiz de menores Mello Maltos. Esse primeiro Código de Menores teve como objetivo cuidar das questões de higiene da infância e da delinquência. estabelecia a vigilância pública sobre a infância e a vigilância sobre a amamentação, os expostos, os abandonados, os maltratados (podendo, inclusive, retirar o Pátrio Poder). Se a criança fosse maior de 16 anos e menor de 18 anos, caso cometesse algum crime iria para uma prisão de adultos. Caberia ao juiz buscar a regeneração.

Em 1964, ocorre o golpe de Estado e os militares assumem o poder, implantando um regime ditatorial com relação à política de atendimento a crianças e adolescentes foram instituídas duas leis: A Lei 4.513/64 que estabelecia a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) e, Lei 6.697/79 (Código de Menores) que tratava da proteção e vigilância aos menores em situação irregular.

*Estas duas leis não se dirigem ao conjunto da população infanto-juvenil brasileira. Seus destinatários eram apenas as crianças e jovens considerados em situação irregular. Entre as situações tipificadas como irregular encontrava-se a dos menores em estado de necessidade "em razão da manifesta incapacidade dos pais para mantê-los:". Desta forma as crianças e adolescentes pobres passavam a ser objeto potencial de intervenção do sistema de administração da Justiça de Menores.*

(COSTA, A.C.G. *De Menor a Cidadão*. p. 18)

O Código de Menores interpreta a exclusão social da criança e do adolescente do ponto de vista da *Doutrina da Situação irregular*. Segundo essa doutrina as crianças e adolescentes que, se

encontram abandonadas ou que pratiquem alguma forma de delinquência encontram-se em *situação irregular*. O Código de Menores legalizou a discriminação social ao tratar a criança pobre, abandonada ou em conflito com a lei de forma genérica com o termo "menor". Assim, os filhos dos pobres são menores, os filhos dos ricos são crianças. O Código é destinado exclusivamente para os primeiros.

*Nesse momento ocorre um fenômeno extremamente importante: os "menores" considerados em situação irregular passam a ser identificados por um rosto muito concreto; são os filhos das famílias empobrecidas, geralmente negros ou mulatos, vindos do interior e das periferias. Assim, a palavra "menor" deixa de ser um termo técnico e transforma-se numa expressão social, utilizada para fazer menção a um segmento da população infanto-juvenil, que atende às características mencionadas.*

(CUNHA, In visualizando a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, 1998, p.39)

Pelo Código caberia ao Juiz de Menores, enquanto autoridade máxima nesta área, decidir os interesses do "menor", o destino da criança, a adoção, a internação, a punição dos pais. O juiz tinha uma ação policialesca de por tudo em ordem. No Código de Menores, criança só tinha direito quando era julgada em risco ou situação de doença social.

Surge o movimento pelas "Diretas Já". Contudo não tivemos eleições diretas. Mas a ditadura estava chegando ao fim. Em 1995, o Congresso Nacional elege Tancredo Neves. O Brasil entra numa fase de redemocratização. Os movimentos sociais ganham forças e, em 1988, temos a promulgação da nova Constituição Federal. Neste contexto de redemocratização e mobilização social da década de 80, também se encontra em movimento em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Destaque nesse período deve ser dado ao Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR), que, em 1986, realizou o primeiro encontro nacional. Nesse encontro os meninos e meninas reivindicaram, políticas públicas visando melhorias para suas vidas. Vale salientar a reivindicação por educação e escolas de qualidade.

Se em vários segmentos da sociedade brasileira reivindicava-se mudanças; também no segmento de criança e adolescente sentia-se a necessidade de mudar; e mudar para melhor. Exigia-se o sepultamento do Código de Menores e da PNBEM. Era necessário elaborar uma nova lei para o segmento infanto-adolescente. Já na etapa da Constituinte quando os deputados preparavam a futura Constituição, "duas emendas de iniciativa popular, perfazendo mais de duzentas mil assinaturas de eleitores, foram apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte: 'Criança e Constituinte' e 'Criança - Prioridade Nacional' (COSTA, D *Estatuto, da . . Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil*.p.20).

As emendas do movimento da criança e do adolescente foram agrupadas, resultando no

Artigo 227 da Constituição Federal de 1988. O Artigo 227 funda-se na *Doutrina da Proteção Integral*. Será esta doutrina que também perpassará o Estatuto da Criança e do Adolescente. Com isso, abandona-se a antiga Doutrina da Situação Irregular, ao Código de Menores. Como bem observa José Ricardo Cunha “antes (na doutrina da Situação Irregular) se considera a sociedade sempre correta e as crianças/adolescentes como incapazes, agora (na Doutrina da Proteção Integral) entende-se que se uma criança/adolescente não conseguiu se adaptar à cidade, o problema é da própria sociedade que não criou condições para que suas crianças/adolescentes se desenvolvessem plenamente” (op. cit).

**O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, promulgado no dia 13 de julho de 1990, ao contrário do Código de Menores, é uma lei elaborada através de um processo de participação social. Essa presença efetiva do movimento infanto-adolescente no processo de elaboração do Estatuto contribuiu sem dúvida para que essa lei se constituísse realmente como um novo paradigma dos direitos de crianças e adolescentes.

Com base na Doutrina da Proteção Integral, o Estatuto passa a tratar a temática infanto-adolescente sob vários aspectos, contemplando políticas sociais básicas, políticas de assistência proteção especial, garantia e defesa de direitos. Portanto, o ECA acrescenta novos conteúdos ao conjunto de direitos da infância e adolescência no campo dos direitos coletivos sociais, econômicos e culturais busca a superação do assistencialismo e clientelismo reconhece a situação do adolescente em conflito com a lei – definindo medidas que deverão ser adotadas, e quais as garantias individuais e coletivas para esse problema, impondo inclusive os deveres.

### **Novo paradigma**

“(…) estamos hoje, no Brasil diante de um novo paradigma em relação à infância e a juventude. De fato, a Carta constitucional e o Estatuto da Criança e do Adolescente trazem, em relação a criança e ao adolescente, três novidades e três avanços fundamentais quando passa a considerá-lo:

#### **Sujeitos de Direitos**

Isto significa que a criança e o adolescente já não poderão mais ser tratados como objetos passivos da intervenção da família, da sociedade e do estado. A criança tem direito ao respeito, à dignidade e à liberdade, e este é um dado novo que em nenhum momento ou circunstância poderá deixar de ser levado em conta.

#### **Pessoas em Condição Peculiar de Desenvolvimento**

Serem consideradas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento foi uma das principais conquistas. Isso significa que, além de todos os direitos de que desfrutam os adultos e que sejam aplicáveis à sua idade, a criança e o adolescente têm ainda direitos especiais decorrentes do fato de que :

- ainda não têm acesso ao conhecimento pleno de seus direitos;
- ainda não atingiram condições de defender seus direitos frente à omissões e transgressões capazes de violá-los;
- não contam com meios próprios para arcar com a situação de suas necessidades básicas;
- por se tratar de seres em pleno desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e sociocultural, a criança e o adolescente não podem responder pelo cumprimento das leis e demais deveres e obrigações inerentes à cidadania da mesma forma que os adultos”

### **Prioridade Absoluta**

A prioridade absoluta da criança e do adolescente entendida como:

- primazia em receber proteção e socorro em qualquer circunstância;
- precedência no atendimento por serviço ou órgão público de qualquer Poder;
- preferência na formação e execução das políticas sociais públicas;
- destinação privilegiada de recursos públicos às áreas relacionadas com a proteção da infância e da juventude”

(COSTA, A.G. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil. p. 30-31)

### **O Estatuto e a educação**

É de suma importância que a instituição escolar tome conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, não somente para a sua prática educacional (enquanto conteúdo imprescindível para a cidadania) mas porque é uma lei federal que tem consequências imediatas para a escola. O desconhecimento do ECA, e o que é pior o desinteresse, pode trazer sérias dores de cabeça tanto para a escola quanto para os educadores, além de ser um verdadeiro entrave e retrocesso para uma educação cidadã.

Portanto, devemos observar algumas implicações legais do Estatuto para a educação, esclarecendo assim uma visão distorcida e preconceituosa com relação ao Estatuto, por ignorância ou mesmo má vontade e resistência em querer mudarias relações autoritárias na sociedade, na família e na escola. O argumento mais comum é que o ECA dá direitos demais às crianças e adolescentes, tirando a autoridade dos adultos (pais, professores, responsáveis...).

Primeiramente, observamos que o Estatuto vem garantir legalmente os direitos fundamentais de crianças e adolescentes visando a sua sobrevivência, o desenvolvimento e integridade. Estes direitos estão distribuídos em cinco categorias: direitos à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; direito à profissionalização e à proteção no trabalho. Isso é dá "direitos demais"? Não! Isso é o mínimo que se pode esperar de uma sociedade humana: que trate seus rebentos como humanos, de forma digna.

O ECA leva em consideração a ,condição peculiar de desenvolvimento desse segmento social e sem discriminações de qualquer espécie, é uma lei para todas as crianças e adolescentes sejam ricas ou pobres, brancas ou negras, católicas ou protestantes, etc. É uma lei para garantir a dignidade e a cidadania dos alunos com os quais lidamos na sala de aula. O Estatuto não retira a autoridade de nenhum adulto com relação às crianças e adolescentes, o que ele deixa bem claro é que crianças e adolescentes, quaisquer que sejam, devem ser tratados. com respeito, como sujeitos e não como objetos. E isso é ético.

Os problemas de crise de autoridade, indisciplina e violência na escola, não podem ser atribuídas ao ECA. A questão é que a escola não é uma ilha e os padrões sócio-culturais vivenciados em nossa sociedade também afetam a comunidade escolar. Educadores e educandos devem conhecer o Estatuto, a fim de evitar interpretações errôneas e abusivas de ambas as partes. Educar também é disciplinar, colocar limites e responsabilidades, o que não significa punir, castigar, humilhar, jogar nossas frustrações nos educandos. Uma educação do "tudo pode", onde o querer individual é o único princípio válido, só pode levar a formação de tiranos. Mas, uma educação baseada na pedagogia do medo e da violência, no autoritarismo e na falta de diálogo, só pode levar a formar pessoas sem personalidade, submissas, recalcadas, sem auto-estima, quando não revoltadas e frustradas. Não se educa ninguém com o desrespeito aos seus direitos fundamentais. Dai a importância do Estatuto para a educação fundamental e média.

Pela primeira vez na história do Brasil temos uma lei que respeita e promove a cidadania de crianças e adolescentes. Ora, se a escola e os educadores objetivam de fato uma educação para a cidadania, não podem prescindir do Estatuto da Criança e do Adolescente. Como veremos adiante, a educação para a cidadania requer da escola uma outra postura de abertura, de diálogo e parceria com a sociedade. Pelo menos em dois aspectos o ECA garante essa participação da sociedade no processo educativo: quando dá direito aos pais de participar do processo pedagógico; quando legitima a atuação do Conselho Tutelar em questões de maus-tratos, faltas, evasão e repetência escolar.

A escola não vai resolver os seus problemas fechando-se sobre si, pois os seus problemas não são apenas seus, são da sociedade como um todo. O problema é que no dia-a-dia da: escola, quando ocorrem as adversidades e os confrontos, não se sabe o que fazer, como agir. Apela-se para o autoritarismo, toma-se medidas repressivas, mas nada educativas. É a suspensão, o "cala a boca", o bilhete para os pais, o deixar de castigo, reprovação. Impõem-se as sanções, mas não se esclarece as normas nem as razões do porquê deve-se observá-las. Isso porque falta à maioria das escolas um projeto pedagógico comum, cada professor toma as medidas que considera mais apropriadas. Mas a escola não dá uma resposta institucional para os problemas.

Tem muito professor com saudades da palmatória, pois naquele tempo os papéis estavam

bem definidos e o que fazer era bastante claro: aluno obedece, professor manda, do contrário palmatória nele. Só que esse tempo passou, hoje sabemos que o professor é o senhor do processo educacional. Sem o aluno não existe sentido para a existência do professor, nem mesmo da educação. Hoje, devemos partir de uma realidade de fato crianças e adolescentes (alunos) são *sujeitos de direito*, são cidadãos.

Os limites e as sanções impostos aos alunos devem buscar a realização da justiça e ter um fim pedagógico. Nesse sentido, o ECA oferece à escola um indicativo, quando propõe a aplicação de medidas sócio-educativas para os adolescentes que cometem algum ato infracional. As medidas sócio-educativas não são meras punições, não é punir por punir para ver o outro sofrer e pagar pelos seus erros. As medidas são sócio-educativas justamente porque intencionam a sociabilidade e a formação do adolescente. O mesmo deveria ser pensado na instituição escolar, os educadores, diante da indisciplina dos alunos, deveriam tomar medidas que visem a formação e a socialização do educando, isto é, medidas que visem o crescimento pessoal e social.

Se o educando comete um erro, o educador deve ajudá-lo assumir, ter consciência do erro e buscar reparar o dano cometido. O educador não deve ser conivente e passivo diante das possíveis injustiças cometidas na sala de aula. O que o educador não deveria fazer é impor uma sanção que seja superior à falta cometida, perseguir e ameaçar o aluno como fantasma da reprovação, humilhar, culpar a turma inteira pelo erro de um. Tudo isso, não é nem justo, nem ético, nem educativo. E se queremos uma educação para a cidadania, temos que começar com o exemplo, buscando ser justos, éticos e educativos nas nossas relações e ações.

### **Temos de defender nossos jovens**

**Nova escola:** *Como professor consegue aplicar medidas sócio-educativas semelhantes às previstas pelo ECA quando se defronta com alunos indisciplinados ou violentos?*

**Costa:** O professor tem de estar preparado para o confronto, principalmente lidando com adolescentes, seres que se procuram e se experimentam. Por isso a educação não é um caminho suave. Ele não deve fugir do confronto, nem pensar que por causa disso deixa de ser educador. Ele deve saber que sua profissão tem asperezas e não ter medo de assumir sua posição de pólo direcionador.

**N.E.:** *Explique melhor a ligação entre o professor e o projeto de vida do aluno.*

**Costa:** É preciso distinguir o sonho de um projeto de vida. Sonhar não precisa de etapas, já um projeto tem metas, objetivos e prazos. E muitas vezes o aluno não consegue identificar isso nele próprio. O professor não pode se ver apenas como transmissor de conhecimentos. A mídia e a internet são cada vez mais eficientes nessa tarefa, mas não funcionam como transmissão de valores. O problema é que o professor foi preparado para a docência e hoje se exige que ele seja um líder, um criador de acontecimentos, dentro e fora da sala de aula.

**N.E.:** *A capacidade de transmitir valores e atitudes não implica uma mudança muito grande para os professores?*

**Costa:** Os cursos de treinamento de professores costumam focar apenas o aspecto profissional, desprezando seus comportamentos e atitudes. Mas ele deve ser visto na complexidade de sua personalidade. E quando o professor assume seu papel de transmissor de valores, ele descobre que já sabia disso.

**(Trechos da entrevista do pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa concedida à revista Nova Escola, junho de 2000.)**

## **Implicações estatutárias para a escola**

### **Direito à Educação**

**Art. 53** A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício de sua cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- direito de ser respeitado por seus educadores;
- III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

**Parágrafo único** – É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

**Art. 58** No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

### **Relação da Escola como o Conselho Tutelar**

**Art.56** Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de :

- I- maus tratos envolvendo seus alunos;
- II- reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III- elevados níveis de repetência.

**Art. 236** – Impedir ou embaraçar a ação de autoridade judiciária, membro do Conselho Tutelar ou representante do Ministério Público no exercício de função prevista na Lei. Pena- detenção de dois meses a dois anos .

### **Integridade dos alunos**

**Art. 233** – Submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a tortura: Pena- reclusão de um a cinco anos.

§1º - Se resultar lesão corporal grave: Pena – reclusão de dois a oito anos.

§2º - Se resultar lesão corporal gravíssima: Pena- reclusão de quatro a doze anos.

§3º - Se resultar morte: Pena- reclusão de quinze a trinta anos .

**Art. 245** – Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

Nos últimos anos muito vem sendo falado e escrito sobre a cidadania na sociedade brasileira. E a educação não ficou de fora. Anteriormente buscamos definir e situar a abordagem sobre ética e cidadania. O que agora nos propomos, relacionar a temática, ética e cidadania com a escola, com o processo educacional, É necessário que todos - professores, técnicos, pedagogos, diretores - tenham uma compreensão ampla do significado de se trabalhar a educação e de se pensar uma escola a partir da ética e da cidadania. Para isso, tomamos como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), já que é esta efetivamente a proposta do Ministério da Educação (MEC) para o Ensino fundamental e médio.

Primeiramente é preciso ressaltar que os PCN não são normativos e sim orientativos, ou seja, nenhuma escola está obrigada a adotar os PCN. Trata-se de uma proposta para se repensar a educação fundamental e média e, não de uma lei à qual a escola deve obrigatoriamente enquadrar-se. Como o próprio nome indica trata-se de ~parâmetros!~ que oferecem às escolas e aos professores orientações gerais para o ensino fundamental e médio. Sendo orientações gerais, caberá às escolas e aos professores organizar o planejamento escolar e o currículo de forma que os PCN reflitam a realidade local onde estão inseridos os alunos.

Para isso os PCN elegeram Os seguintes princípios para orientar a educação escolar: dignidade da pessoa humana; igualdade de direitos; participação; co-responsabilidade pela vida social. É possível vislumbrar, então, um outro fazer pedagógico, outras relações educacionais, Ou seja, ,é a educação sendo pensada em termos, de ética e cidadania e não da "educação bancária"

(FREIRE), da reprodução social, do conhecimento positivista, da educação tecnicista e do autoritarismo que tantas marcas deixaram no sistema educacional brasileiro. Também não se trata simplesmente de capacitar os alunos para o mercado de trabalho (o que tornou-se quase que um imperativo devido às mudanças ocorridas com a globalização e a tecnologia). Trata-se de educar para a vida de uma forma geral, na perspectiva de uma sociedade eqüitativa e solidária.

### **Lições para o resto da vida**

Cidadania vem do latim civitas, cidade. O cidadão, porém é mais do que apenas o habitantes . É aquele que está interessado no que acontece em sua comunidade. Para alunos e professores,a cidade é a escola.

Do ponto de vista do educador, a cidadania passa por boas relações com os colegas, com a direção, com os funcionários – pelo direito de ensinar, ou seja, formar cidadãos. Do ponto de vista do aluno, ela reside no direito de ir à escola e só começa a fazer sentido quando ele aprende.

*Nova Escola. N° 131, Abril, 2000 p. 13-14*

### **O lugar da Cidadania**

A partir do que anteriormente afirmamos, é preciso compreender que a cidadania não ocupa um compartimento do currículo escolar. A cidadania não é. apenas uma simples disciplina a mais a ser ensinada, nem mesmo um tema transversal a ser trabalhado. A cidadania é o próprio objetivo dos: PCN. O objetivo dos PCN deixa isto bastante claro quando na última frase afirma: "em função da cidadania do aluno". E é bom que ressaltemos a cidadania do aluno, não é a cidadania do professor, do técnico, do diretor, dos funcionários, dos pais, é do aluno. É lógico que a formação para a cidadania será mais rica se professores, técnicos, diretores, funcionários e pais se perceberem enquanto cidadãos, afinal o exemplo educa mais que as palavras. Mas não devemos esquecer que o objetivo do projeto pedagógico está em função da cidadania do aluno e, portanto, o aluno deve ser tratado como cidadão.

Na justificativa dos temas transversais esta educação para a cidadania fica ainda mais clara, lê-se: "Eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar". Sendo a cidadania o eixo vertebrador, significa então que toda a escola deve trabalhar a partir deste eixo, ou melhor, a escola deve ser pensada e reestruturada em função da cidadania do aluno. Isto tem um impacto. tremendo na atual estrutura escolar. Significa que devemos reinventar nossas práticas, nossas relações, nossas posturas, nossos currículos, nossas preocupações. Significa que vai valer mais a vida do que os livros, a transformação do que a reprodução, a criatividade do que a repetição, a criticidade do que a transmissão alienada de conhecimentos, o compromisso social do que a postura neutra e o comodismo, a abertura para a comunidade do que o isolamento.

A escola tem que se perceber dentro da sociedade e não numa redoma de vidro. Neste sentido a cidadania como eixo vertebrado r da educação também coloca o desafio da ação política dos educadores. Aqui vale citar a própria justificativa dos PCN:

*“A escola não muda a sociedade, mas pode, partilhando esse projeto com segmentos sociais que assumem os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução mas também como espaço de transformação. Essa possibilidade não é dada, nem automaticamente decorrente da . vontade. É antes um projeto de atuação político-pedagógica que implica avaliar práticas e buscar, explícita e sistematicamente, caminhar nessa. Direção.”*

*(PCN, vol. 8, p. 25-26) .*

Os PCN ao apontar a cidadania como eixo vertebrador da educação, lança à escola o desafio de construir um projeto político-pedagógico. Com isso a escola perde a sua aparente neutralidade e impermeabilidade, isto é, deixa de ser aquele lugar isolado onde a sociedade coloca os seus filhos para serem "formados" (no sentido de se colocar numa fôrma, para se receber uma forma conforme o desejado); Ao contrário escola passa a ter propostas e buscar respostas para os desafios sociais. E a escola que passa a pensar e é pensada não do muro para dentro, mas do muro para fora, que não dissocia o estudar do viver, nem reduz o : processo pedagógico às quatro paredes da sala de aula.

“A contribuição da escola, portanto, é a de desenvolver um projeto de educação comprometida como o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Um projeto pedagógico com esse objetivo poderá ser orientado por três grandes diretrizes:

- posicionar-se em relação às questões sociais e interpretar a tarefa educativa como um intervenção na realidade no momento presente;
- não tratar os valores apenas como conceitos ideais;
- incluir essa perspectiva no ensino dos conteúdos das áreas de conhecimento escolar”

*Parâmetros Curriculares Nacionais - Apresentação dos temas transversais, ética. Vol. 8 p. 27*

### **A transversalidade como método**

A cidadania como já salientamos anteriormente não é uma disciplina mas o próprio objetivo educacional, trata-se de educar para a cidadania. Como então educar para a cidadania? Será que, Será que as disciplinas tradicionais conseguem desempenhar este papel? Aqui entra a função da transversalidade e dos tema transversais. A transversalidade indica o método, caminho adotado

para se trabalhar a cidadania na escola.

"A transversidade diz respeito a possibilidade de se estabelecer na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade)".

*(PCN: apresentação dos temas transversais, ética. Vol 8 p. 40).*

Portanto, a transversalidade de uma parte rompe com a dicotomia conhecimento *versus* vida. De outra parte, rompe com a fragmentação do saber, ou seja, propõe que os conteúdos dos temas transversais perpassem todas as disciplinas, de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade" (Id. p. 36)

Os PCN definem seis temas transversais a serem trabalhados no ensino fundamental a saber: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo\*. Não se trata de novas matérias inseridas na grade curricular. Enquanto temas para a transversais, eles perpassam todas as disciplinas tradicionais.

Logicamente que determinados temas transversais apresentam mais afinidade com determinadas áreas. Assim, por exemplo, o tema transversal Meio Ambiente enquadra-se perfeitamente na área de geografia, mas pode ser indubitavelmente trabalhado nas outras áreas (língua portuguesa, matemática, ciências naturais, história, arte, educação física).

Caberá ao professor, com perspicácia e sensibilidade, na sala de aula saber aproveitar os momentos oportunos para, dentro dos conteúdos da sua disciplina, abordar os temas transversais. Disto decorre a necessidade dos professores estarem atualizados com o seu tempo e espaço discutindo e socializando com seus colegas propostas para uma melhor adequação dos temas às disciplinas. O importante é que fique bastante claro para o aluno que aquele conteúdo tem relação com a sua vida.

### **Temas Transversais**

O conjunto de temas aqui proposto – Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo – recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático.

Muitas questões sociais poderiam ser eleitas como temas transversais para o trabalho escolar, uma vez que os que os norteia, a construção da cidadania e a democracia, são questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social. Para defini-los e escolhê-los foram estabelecidos os critérios:

- **Urgência Social** – Esse critérios indica a preocupação de eleger como Temas Transversais questões graves, que se apresentam como obstáculos para a concretização

da plenitude da cidadania, afrontando a dignidade das pessoas e deteriorando sua qualidade de vida.

- **Abrangência nacional** – Por ser um parâmetro nacional, a eleição dos temas buscou contemplar questões que, em maior ou menor medida e mesmo de formas diversas, fossem pertinentes a todo país. Isso não exclui a possibilidade e a necessidade de que as redes estaduais e municipais e mesmo as escolas, acrescentem outros temas relevantes à sua realidade.
- **Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental** – Esse critério norteou a escolha de temas ao alcance da aprendizagem nessa etapa da escolaridade. A experiência pedagógica brasileira, ainda que de modo não uniforme, indica esta possibilidade, em especial no que se refere a Educação para a Saúde, Educação Ambiental e Orientação Sexual, já desenvolvidas em muitas escolas.
- **Favorecer a compreensão da realidade e a participação social** – A finalidade última dos Temas Transversais se expressa neste critério: que os alunos possam desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença e intervir de forma responsável. Assim os temas eleitos, em seu conjunto, devem possibilitar uma visão ampla e consistente da realidade brasileira e sua inserção no mundo, além de desenvolver um trabalho educativo que possibilite uma participação social dos alunos.

Diante disso optou-se por integrá-los no currículo por meio do que se chama de transversalidade pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionado-se a questões da atualidade e que sejam orientadores também do convívio escolar.

(Cf. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Vol. 8 p. 29-30)

## O lugar da Ética

Não há como negar que a educação moderna funda-se na preocupação com o conhecimento científico e a técnica, hoje mais acentuadamente com a tecnologia. O que antes era a questão central da educação; ou seja, a formação do caráter do indivíduo para o convívio social e para a vida, foi progressivamente ao longo da história cedendo lugar para o conhecimento científico. A formação deu lugar à informação. E a educação tornou-se manca, orientada por uma única via a transmissão de conhecimentos (conhecimentos muitas vezes totalmente alienados da realidade sócio-cultural dos alunos).

A escola se absteve da dimensão da dimensão ética na formação dos alunos. Esta tarefa

ficou relegada ao seio da família, ou então, das instituições religiosas. Certamente; a formação moral, de que se ocupa a Ética, perpassa todos os níveis do convívio social (familiar, religioso, profissional, comunitário, etc.), não sendo, portanto, prerrogativa única da escola. A família, a religião, os meios de comunicação e outras instâncias exercem um papel importante na formação moral das crianças e adolescentes. Contudo, a escola constitui-se um lugar privilegiado para desempenhar tal papel. Neste sentido, não podemos mais conviver com um modelo educacional de uma única via, preocupando-se somente se os alunos estão aprendendo o "bê-a-ba", se sabem somar e subtrair, se conhecem o nome dos nossos presidentes... É necessário um retorno à Ética. Resta saber como trabalhar Ética .na escola.

Como vimos, a ética é colocada como sendo um dos temas transversais que vão contribuir para a educação para cidadania. Contudo, os PCN reservaram um lugar de destaque para a Ética, quando afirmam a respeito dos temas transversais que: "Esse trabalho requer uma reflexão ética como eixo norteador, por envolver posicionamentos e concepções a respeito de suas, causas e efeitos, de sua dimensão histórica e política" (p. 29). Se a cidadania é o eixo vertebrador q,a educação, a Ética é o eixo norteador para se trabalhar os temas transversais, vale dizer, para se trabalhar a cidadania na escola. "Trata-se, portanto, de discutir o sentido ético da convivência humana nas suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, a sexualidade e a saúde"(p.30).

### **Êxtase técnico, colapso ético**

“ Nas escolas ensinamos equações sofisticadas, fazemos experimentos, transmitimos informações aos milhões, explicamos a lógica da língua, exploramos os mistérios da eletricidade e da eletrônica. Mas não sabemos como falar da amizade do respeito, da compostura. Não meditamos sobre a alegria, o humor e o riso.

A escola se tornou um vazío ético, preenchido de conhecimentos por todos os lados. Não deveria surpreender que a relação entre professores e alunos tenha atingido níveis críticos de intolerância e desrespeito mútuo. Na vida cotidiana, atravessando a rua, dirigindo o carro, subindo o ônibus, e vendo e convivendo com as misérias da vida , nos desrespeitamos uns aos outros, todo tempo. Hoje, reafirmamos mais uma vez: as carências sociais não se devem à incapacidade produtiva, à ignorância, ou ao preconceito, mas sim ao egoísmo, à insensibilidade, à crueldade.”

(CAPORALI, Ética e Educação, Rio de Janeiro: Gryfus, 1990 p.104-105)

## **Disciplina Ética e Cidadania?**

É importante lembrar que a Ética além de ser eixo norteador dos Temas Transversais e constituir-se num desses temas, foi transformada, aqui no Maranhão, numa disciplina: Ética e Cidadania. A proposta presente nos PCN deixa bastante claro que os temas transversais não se constituem em novas matérias a serem dadas nas salas de aula.

O fato de ter sido instituída a disciplina, Ética e Cidadania não pode em absoluto levar a escola e os próprios professores a pensar que a Ética perde o seu caráter de transversalidade, nem a reduzir a educação para a cidadania aos conteúdos trabalhados na referida disciplina, o que significaria *mudar para ficar na mesma*. Coerente mesmo é que a disciplina Ética e Cidadania seja retirada da grade curricular, evitando assim interpretações equivocadas e uma prática pedagógica inapropriada com a proposta da transversalidade.

A cidadania na perspectiva dos PCN é o próprio objetivo do projeto pedagógico da escola, portanto, não pode ser relegada a algumas horas aulas de uma disciplina. O mesmo deve ser dito, com relação à Ética, ela deve nortear os temas transversais e ela mesma ser um tema transversal, portanto deve, estar presente na vida da escola como um todo.

Outro aspecto que deve ser ressaltado quanto à disciplina Ética e Cidadania, diz respeito ao seu conteúdo. Não se deve confundir de forma alguma a proposta de se trabalhar conteúdos de ética e cidadania, com os conteúdos da antiga extinta disciplina Moral e Cívica. Muitas vezes por falta de material didático ou mesmo uma adequada preparação pedagógica sobre o tema, os professores responsáveis pela disciplina Ética e Cidadania estão recorrendo aos amarelados livros de Moral e Cívica para elaborarem as suas aulas. Nada mais inadequado e fora do contexto atual da educação. Os conteúdos da disciplina Moral e Cívica não servem para se trabalhar a educação para a cidadania. Tal disciplina, surgiu num momento histórico brasileiro marcado pelo totalitarismo e espelha nos seus conteúdos um civismo e um nacionalismo adequados à ditadura militar.

Mais que recorrer a livros antigos e ultrapassados, os professores devem debruçar-se : sobre a realidade brasileira e maranhense para com criticidade e criatividade, buscar respostas para o seu fazer pedagógico. Nesse sentido, mais valem os jornais, as revistas, os programas de TV, a própria realidade vivenciada na comunidade, na escola e na sala de aula, como subsídios didáticos do que os livros de Moral e Cívica. Além disso, é necessário que o professor tome conhecimento de uma rica bibliografia sobre ética cidadania que foi lançada no mercado. São livros ligados às áreas, de filosofia, sociologia e pedagogia bem como revistas mensais de educação\*.

Por fim vale uma última observação: já que foi instituída no Maranhão a disciplina Ética e Cidadania. A exigência para se trabalhar tal disciplina deveria estar bastante clara. As redes estadual e municipal de ensino deveriam exigir que os professores desta disciplina fossem selecionados entre aqueles que possuem formação filosófica, o que infelizmente nem sempre vem ocorrendo.

Lembramos mais uma vez que "Ética" é um tema transversal e não uma disciplina. A "Ética", compreendida como disciplina, pertence ao campo filosófico. Portanto, é na disciplina Filosofia já instituída no ensino fundamental, que a Ética deve ser estudada de maneira disciplinar.

### **Ética na Escolar**

“Na escola, o tema ética encontra-se, em primeiro lugar, nas próprias relações entre os agentes que constituem essa instituição: alunos, professores, funcionários e pais. Em segundo lugar, o tema Ética encontra-se nas disciplinas do currículo, uma vez que, o conhecimento não é neutro, nem impermeável a valores de todo tipo. Finalmente, encontra-se nos demais Temas Transversais, já que de uma forma ou de outra, tratam de valores e normas. Em suma, a reflexão sobre as diversas faces das condutas humanas deve fazer parte dos objetivos maiores da escola comprometida com a formação da cidadania.”

(PCN: apresentação dos temas transversais, Ética Vol. 8 p. 32)

- **Respeito mútuo** – É a valorização de cada pessoa, independentemente de sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião. Revelar seus conhecimentos, expressar sentimentos e emoções, admitir dúvidas sem ter medo de ser ridicularizado, exigir seus direitos são atitudes que compreendem respeito mútuo.
- **Justiça** - num primeiro momento pode remeter à obediência às leis. Mas o conceito de justiça vai muito além disso. É a busca de igualdade de direitos e de oportunidades, o que pressupõe o julgamento do que é justo ou injusto.
- **Solidariedade** – É a expressão de respeito dos indivíduos uns pelos outros. Ser solidário é partilhar um sentimento de interdependência e tomar para si questões comuns. Solidariedade inclui desde a ajuda a um amigo até luta por um ideal coletivo da sociedade.
- **Diálogo** – A comunicação entre as pessoas pode ser fonte de riquezas e alegrias. É uma arte a ser ensinada e cultivada. Mas atenção: o diálogo só acontece quando os interlocutores têm voz ativa. Limitar-se a impor visões de mundo sem considerar o que o outro tem a dizer não constitui um diálogo.

*Parâmetros Curriculares Nacionais: fáceis de entender. Ética de 5ª a 8ª série.*

*Fundação Victor Civita, 2000 – p. 36*

### **Ética e transversalidade**

Enquanto tema transversal, os conteúdos de Ética devem estar relacionados à vida dos

alunos. Os PCN definem quatro grupos de conteúdos para se trabalhar a Ética respeito mútuo, justiça solidariedade, diálogo. Como já afirmamos, caberá ao professor ter sensibilidade e perspicácia para trabalhar estes conteúdos na sala de aula no momento oportuno. Isso pode ocorrer a partir de uma notícia de jornal, revista ou televisão; alguma atividade feita pela comunidade ou pela escola (mutirão, festas:...) onde se evidencia a presença de valores como a solidariedade e a cooperação, das relações do convívio, do respeito mútuo, etc; uma briga entre os alunos ou algum comentário preconceituoso, etc. O professor deverá estar atento para não deixar escapar as oportunidades, qualquer acontecimento pode ser uma rica fonte para se debater com os alunos os conteúdos de Ética.

Vale lembrar que o Volume sobre Ética dos PCN, já traz "orientações didáticas" que oferecem "diretrizes gerais no que tange ao trabalho a ser realizado na escola. De acordo com a proposta dos PCN, existem "dois grandes momentos de experiências escolares" que propiciam a abordagem do lema Ética: 1- a aprendizagem das diversas áreas e temas; 2 - o convívio escolar. Pensamos que as contidas nos PCN são uma grande ajuda para os professores das diversas áreas. Na tentativa de melhor visualizarmos a prática docente, sugerimos que o professor esteja atento a três situações, a partir das quais acreditamos que é possível trabalhar o tema transversal Ética nas suas respectivas disciplinas:

### **1ª Situação - a partir do planejamento**

Em qualquer disciplina há, o momento do planejamento. Planeja-se o ano letivo, planejam-se as aulas. No planejamento o professor tem claramente diante dos seus olhos os conteúdos a serem lecionados ao longo do ano. Portanto, o planejamento dá possibilidade ao professor de selecionar determinados conteúdos da sua disciplina que mais favoreçam trabalhar respectivamente tanto o específico da sua disciplina, como um determinado, conteúdo do tema transversal Ética. Assim, suponhamos que um professor de matemática planeje trabalhar uma simples questão de adição ou subtração. Este professor, pode perfeitamente elaborar a sua aula prevendo uma discussão/reflexão sobre justiça, respeito mútuo, solidariedade ou outros valores. Por exemplo, propondo uma questão simplória como: "para o lanche do recreio, a mãe de José colocou três fatias de bolo. "Mariazinha colega de José, levou apenas uma banana. No recreio, José comeu uma fatia de bolo e deu outra para Mariazinha. Com quantas fatias de bolo José ficou? Se o professor para nesta questão, ele não vai além do que até agora tem sido feito: exigir o conhecimento objetivo do aluno. Mas o professor pode refletir com seus alunos sobre a atitude de José, pode pensar porque ele tem mais do que Mariazinha.., ou seja, pode ajudar os seus alunos a compreender e sentir o que é justiça, solidariedade, dignidade humana, convívio, etc.

### **2ª Situação- a partir dos fatos**

No bairro, na rua, na comunidade, na escola, sempre estão ocorrendo fatos

significativos com respeito ao convívio, as relações humanas e sociais. Os alunos sejam crianças ou adolescentes, encontram-se inseridos nessas realidades e não lhes são indiferentes. Nada melhor para se trabalhar Ética do que refletindo, pensando a nossa realidade sentindo a partir das experiências da vida a importância dos valores alicerçados na dignidade do ser humano. A realidade onde nossas escolas estão localizadas, são muitas vezes marcadas pela violência, pela injustiça, pelo desrespeito, pelo pouco valor à vida. Mas também vemos tantas experiências de solidariedade, de amizade, de amor ao próximo, de respeito à vida. O educador não pode ser indiferente a estes fatos do dia-a-dia. Ele pode e deve ajudar os seus alunos a ler esses acontecimentos e tirar um aprendizado para a sua vida;

Os PCN dão uma atenção especial para o convívio escolar. “Na escola, o tema Ética encontra-se, em primeiro lugar, nas próprias relações entre os agentes que constituem essa instituição: alunos, professores, funcionários e pais” (PCN: *Ética*, p.32). Pois bem, no convívio escolar nem tudo é um “mar de rosas: existem preconceitos, brigas, autoritarismo, desrespeito. Professores que agridem alunos, alunos que agridem professores, alunos que se agridem. Nesta história ninguém é santinho. Mas há responsabilidade e responsabilidade. Quem é o educador? É o professor. Portanto, é dele que deve partir o exemplo.

As manifestações de injustiças, desrespeitos, preconceitos, vandalismos, violências, presenciadas na escola e na sala de aula devem, ser trabalhadas pelos professores. Sem moralismos ou legalismos, os professores podem ajudar os alunos a serem críticos diante de situações não-éticas, a não aceitarem como normal o mal que é praticado fascínio do não ético não deve prevalecer. Por exemplo: se um aluno é o valentão da turma e quer resolver tudo na base da porrada, o professor deve intervir, ajudando os alunos e o próprio valentão a compreender que a sua "valentia" não é uma virtude para os nossos dias, já passou o tempo em que tudo era resolvido pela força do mais forte. A turma não pode sair de um episódio semelhante sem que ninguém deixe bem claro que tais, atitudes são erradas, pois desrespeitam o semelhante, prejudicam, o convívio e nada resolvem. A regra de ouro da moral desde a Antigüidade é “não faças ao outro o que não gostarias que ele te fizesse”. Este é um momento propício para se trabalhar o diálogo, o respeito mútuo; a dignidade humana.

### **3ª Situação – a partir de outras fontes**

O professor também pode abordar o tema Ética, a partir de outras situações, como: uma notícia de jornal, um filme, programas de vídeo game, um programa de TV, um desenho animado, uma música, revistas em quadrinho. Por exemplo: é bastante comum os alunos iniciarem a aula comentando algum episódio visto na televisão, na maioria das vezes envolvendo questões: de ordem moral professor, infelizmente, na maioria dos casos corta a conversa pois acredita que não tem

relação com a sua disciplina Contudo, este pode ser um momento propício, para se trabalhar Ética. Caso o professor não se sinta preparado no momento, ele pode estudar melhor aquela situação e depois propor a discussão com a turma num outro momento, já com mais elementos, teóricos. O importante é que os alunos tenham a oportunidade de melhor aprofundar com, critérios, o que vêem e escutam, e não fiquem à mercê, do “eu acho” ou do que os meios de comunicação apresentam como sendo uma verdade absoluta.

### **Ética nas disciplinas**

Ao planejar as atividades escolares, é fundamental que o professor selecione conteúdos que considerem dois pontos. Primeiro, despertar a curiosidades por diferentes formas de organização cultural e social existentes no mundo. Segundo, destacar os diferentes valores que sustentam o relacionamento entre as pessoas. Como tema transversal, a Ética pode fazer parte dos conteúdos de todas as disciplinas. Confira:

- **Geografia e História** – O estudo trata de relações humanas. Falar das transformações das diversas sociedades no tempo e na construção de seus espaços é remeter a discussão à questão de valores. Uma forma de compreender os conflitos do mundo contemporâneo é verificar como os valores foram gerado ou afirmados socialmente.
- **Língua Portuguesa e Língua Estrangeira**- Deve-se considerar que a língua é um dos veículos da cultura do país onde é falada e, portanto, carrega valores dessa cultura. As características da linguagem oral e escrita ou da norma culta em relação às outras formas de falar mostram as possibilidades do homem de manifestar-se em sociedade.
- **Matemática** – Os usos que se fazem do conhecimento matemático não são isentos de valores. A leitura de um gráfico sobre a realidade econômica brasileira, por exemplo, pode tanto amenizar quanto agravar uma situação. Nesse ítem, é preciso desenvolver uma atitude crítica diante da suposta neutralidade dos números e dados.
- **Arte** – As diversas formas de manifestação artística da humanidade revelam-se também visões de mundo e de valores. Ao lado das questões técnicas da produção, o fato de apreciar ou realizar uma obra para veiculação de valores e sentimentos.
- **Educação Física** – Questões relativas a competição e cooperação, conhecimento dos limites e possibilidades do próprio corpo, auto-disciplina, aprendizado e respeito às regras remetem a valores e noções de sociabilidade e revelem uma boa oportunidade para abordar a formação moral.
- **Ciências Naturais** – Temas como neutralidade ou não do conhecimento científico, as relações entre esse conhecimento e as técnicas e tecnologias, as transformações sociais causadas pelo avanço tecnológico estão impregnados de valores. Contextualizar e discutir esses assuntos contribui para a formação moral e ética.

*Parâmetros Curriculares Nacionais: fáceis de entender. Ética de 5ª a 8ª série*

*Fundação Victor Civita, 2000. p. 36*

## **Construindo cidadania**

Pelo que até agora vimos a prática educacional para a cidadania, vai requerer dos educadores e da instituição escolar uma outra postura pedagógica. Isso, contudo, não ocorre da noite para o dia nem significa desmontar a educação para reconstruí-la, tarefa impossível e que implicaria na perda da experiência de conhecimentos, adquiridos ao longo da história. Devemos valorizar e aperfeiçoar as experiências positivas já existentes, prender com os fracassos e aderir por inteiro ao desafio de sermos criativos inventivos enquanto educadores.

O que agora apresentamos vai justamente nessa perspectiva de conhecermos experiências exitosas de se trabalhar a cidadania nas escolas de oferecermos modelos para um outro fazer pedagógico de sugerirmos recursos didáticos e/ou destinados a capacitação dos educadores; bem como propiciarmos referências locais que podem ajudar os educadores na sua capacitação, busca de materiais sobre determinadas temáticas ligadas à cidadania e potenciais parceiros na prática pedagógica.

### **Aprendendo com a experiência**

Diante do gigantesco desafio que a realidade brasileira coloca para a educação, com tantos problemas e deficiências qualquer um poderia desanimar e acreditar que nada pode ser feito. Afinal, no Brasil sempre foi assim e assim sempre será, certo? Errado. De norte a sul do país, de leste a oeste fervilham experiências super positivas que escolas, educadores, alunos e comunidades que passam a pensar e a fazer a educação de um outro jeito.

São experiências que demonstram a criatividade de "gente que faz", que não fica só resmungando e achando que tudo está perdido. Das coisas mais simples presentes nas comunidades onde as escolas estão inseridas, fazem uma verdadeira educação para a cidadania. Nessas experiências podemos enxergar o tratamento dispensado aos alunos, o protagonismo de crianças e adolescentes a relação da escola com a comunidade a transversalidade que liga as disciplinas entre si e com a realidade é formação de valores com os alunos exemplo de vida que ensina. São algumas dessas experiências que apresentamos a seguir e que sem dúvida, servem de exemplo e motivação para as nossas escolas municipais.

### **Respeito é bom e dá certo**

A escola Professora Carmem Mendes Carvalho localiza-se num dos bairros mais violentos de Tambaú, no interior de São Paulo. Em suas redondezas, o retrato das condições de vida: depredação por toda parte. Mas, por dentro do estabelecimento de ensino uma surpresa: salas de aula bem conservadas, paredes limpas, vasos com flores e material escolar, inclusive TV, em

perfeito estado. Milagre? Não. A escola conseguiu fugir a regra local depois de implantar um projeto de recuperação do ambiente. “ Antes as instalações eram sempre vandalizadas”, diz a diretora Vanilda Célia da Silva. “ O que fizemos aqui foi simples, mas também difícil, porque constituiu um desafio: tornar a escola um lugar em que as pessoas respeitam e também são respeitadas”. Muitos pedidos feitos pelos alunos foram atendidos. Um deles, a criação na escola da réplica de um supermercado. É que muitas crianças sonhavam trabalhar como caixa do supermercado da cidade. O cenário auxilia as aulas de matemática. A sala de leitura ganhou atmosfera acolhedora, repleta de almofadas. A comunidade também entrou no projeto, convidada a participar de atividades como fanfarras ou a promover eventos no interior da escola. A partir de então, os mais de 500 alunos, parte deles filhos ou parentes de presidiários da Cadeia Pública de Tambaú, tomaram gosto pela escola.

(Fonte: Parâmetros Curriculares Nacionais: fáceis de entender. Ética de 5ª a 8ª série. Fundação Victor Civita. 2000. p.35)

### **Patrulha ecológica ataca dentro e fora da escola**

”

Apesar do nome, a ilha do Príncipe é um dos bairros mais carente de Vitória (ES). Mesmo assim, não está abandonada. Pelo menos não pela escola Municipal Moacir Avidos. Seus professores e alunos instituíram a Patrulha Ecológica para tentar mudar o grave quadro de degradação ambiental da região. Trata-se de uma prática multidisciplinar que mudou a vida do bairro e da escola. Nas aulas de Educação física, os alunos percorrem as ruas para apurar os problemas. Em Ciências, estudam a causa dos problemas detectados, seus efeitos e possíveis soluções. Em matemática, entram os cálculos sobre a quantidade de lixo nas vias públicas e, nas aulas de Português, as crianças redigem textos sobre ecologia e ofícios, que são encaminhados a órgãos do governo. O lixo e o esgoto são jogados no mar, matando peixes prejudicando a saúde muitas empresas lançam dejetos nas águas, denunciavam os relatórios. A Patrulha promoveu, no bairro, uma coleta de papel para reciclagem e organizou uma horta de plantas medicinais.

**Fonte: PCN: fáceis de entender: Meio Ambiente de 1ª a 4ª série.  
Fundação Victor Civita. 2000. p. 25**

### **Todo dia é dia de índio**

Embora injusto, na verdade costumamos nos lembrar dos índios somente no dia 19 de abril ou quando acontece alguma fatalidade (extermínio de aldeias por exploradores de florestas, por exemplo). Apesar de terem sido eles os primeiros habitantes desta terra, hoje os pouco mais de 320 mil índios e 206 etnias espalhadas pelo Brasil representam uma parcela de 0,1 % da população do país. São Poucos mas carregam a sina do preconceito. De olho na valorização da cultura indígena,

professores da Escola estadual Carlos Rios, em Arcoverde (PE), escolheram o índio como tema da Feira Popular de Ciências e Artes. Durante quatro meses todos os alunos se envolveram no projeto, pesquisando hábitos e costumes de cada uma das sete tribos da região. Estudantes de séries mais avançadas formaram grupos para visitar aldeias e conversar com os índios.. De volta à escola, eles mostraram em trabalhos, apresentações e maquetes tudo o que aprenderam. "A experiência permitiu descobrir que existem muitas maneiras de ser índio", constatou o professor de História Jozelito Alves Arcanjo. "Agora nossos alunos entendem que a questão indígena é atual", completou.

Fonte: PCN fáceis de entender. Pluralidade Cultural de 5ª a 8ª série. Fundação Victor Civita 2000. p. 15

### **Ensine a ler com agulha e linha**

A professora Albanita Guerra Araújo, de Campina Grande (PB), tem uma receita de sucesso para incentivar a escrita de seus alunos. Ela propõe que eles produzam livros que não têm uma palavra sequer. Só gravuras. Os livros são de pano mas, para "escrevê-los" a turma faz pesquisas, entrevista pessoas e lê, lê muito. A idéia dos livros de pano foi adotada por escolas públicas e particulares de Campina Grande. Além de bonitos, eles são agradáveis e acessíveis. A atividade começa com a sugestão pela professora de cinco temas a serem explorados: ecologia, ciências, fauna, flora e folclore. Os estudantes costumam propor abordagens ligadas ao dia-a-dia. Numa escola, o tema foi os monstros que viam na TV. Nas pesquisa vale tudo: ler nos livros, cortar revistas e jornais, entrevistar os pais... Em seguida, definem-se o enredo e o material a ser usado. É hora de desenhar e pintar o livro. Obra pronta, passa-se à produção de textos. Os alunos contam a história em viva voz e depois a escrevem. "A alfabetização em si pode ser feita usando esses texto escrito"

Fonte:PCN: fáceis de entender. Arte de 1ª a 4ª série. Fundação Victor Civita. 2000. p. 63

### **Imersão no tema sexo**

Para enfrentar as muitas dúvidas sobre sexo dos alunos de 2ª série do Instituto de Educação e Cultura, de São Carlos (SP), a professora Márcia Belini promoveu uma imersão no tema que durou três bimestres e envolveu atividades tão variadas quanto a exibição de vídeos, teatros, trabalhos coletivos, fantoches e muita conversa. "A turma vinha tratando do assunto sexo de maneira preconceituosa e vulgar", conta ela. Para descobrir quais as dúvidas da garotada, Márcia providenciou uma urna. Os alunos não precisavam identificar-se. Entre as meninas, houve quem sentiu vergonha, enquanto os meninos se divertiam com a situação; A professora montou as aulas tendo como referência as dúvidas relatadas. Os debates, os vídeos assistidos, as peças de teatro, os fantoches representando corpos nus e vestidos ensinavam conteúdos que eram registrados em livros.

Os alunos entrevistaram os pais sobre como: tinham se conhecido, quando haviam resolvido ter filhos. O contorno do corpo dos alunos foi feito sobre papel e a silhueta, usada para desenhar e dar nome aos órgãos sexuais. A turma ainda moldou, em argila, esses órgãos. Os papéis tradicionais dados aos homens e mulheres também foram discutidos com a classe.

Fonte: PCN: fáceis de entender. Orientação Sexual de 1ª a 4ª série. Fundação Victor Civita. 2000Q. p. 41

### **Torto mas nem tanto**

Duas manias caracterizam o adolescente: entupir a mochila de coisas e manter aquele ar desleixado, ficando meio torto ao sentar e ao andar. A combinação é perigosa. Maus hábitos de postura podem causar lesões graves. De olho nos trejeitos dos alunos, Luzia Garavelo e Maria Lúcia da Silva, professoras de Educação Física de Londrina, no norte do Paraná, criaram um programa para prevenir complicações futuras. A missão delas prima pela simplicidade: ensinar às jovens a andar, sentar e carregar a mochila de modo correto. Se fora detectado algum desvio de postura, o tratamento nessa idade costuma ser simples. "Até os 14 anos, a estrutura óssea ainda não se consolidou", explica Luzia. O maior obstáculo para submeter os estudantes a exames foi superado com criatividade pelas duas professoras. Elas encontraram um meio de substituir o simetrógrafo, um caro aparelho para verificar a simetria vertical e horizontal das várias partes do corpo, por outro, feito de papel e barbante. A idéia deu tão certo que a Secretaria Municipal de Educação de Londrina adotou o programa nas escolas da cidade. Desde então, milhares de alunos já passaram pelo exame ortopédico preventivo. Em pouco mais de 10% deles foram diagnosticadas lesões e os casos foram encaminhados a tratamento. Para estes; o exame valeu, além da postura correta, um problema a menos no futuro.

Fonte:PCN: fáceis de entender. Saúde de 5ª a 8ª série. Fundação Victor Civita. 2000. p. 31

### **Limpar a casa, o bairro, a cidade...**

Terrenos baldios, ruas sem árvores e valetas com esgoto a céu aberto. Essa é a realidade do bairro do Boqueirão, em Curitiba. Para mudá-la, os alunos da Escola estadual Luíza Ross queriam transmitir aos moradores da vizinhança noções de higiene, saneamento e saúde. Começaram fazendo o mapeamento da região, como tema transversal. Em Geografia, estudaram mapas e noções de orientação sexual. Em Ciências, a poluição da água e do ar e a importância da arborização. Nas aulas de Português, a missão era escrever panfletos informativos. O passo seguinte foi plantar árvores e flores no colégio e nas casas e distribuir os folhetos entre os moradores, disseminando noções de saúde e higiene. "A participação. foi maciça", festeja a professora de Ciências Kleine

Karol Assis. O projeto envolveu 560 meninos e meninas em sua versão 2000 incluirá um tópico sobre desperdício de água, de alimentos e de energia.

Fonte: Nova Escola, n2131, abril de 2000

### **Gestão democrática**

Envolver a comunidade foi a forma que a Escola Estadual Costa Marques, em Araputanga, Mato Grosso, encontrou para mudar sua história. Em 1996, ela passou a atender somente alunos do Ensino Fundamental do município e logo viu-se diante de um problema: o desnível entre as turmas vindas de outros bairros. As diferenças pagaram os professores despreparados e os índices de repetência, que já eram altos, chegaram a 19,4%.

Em vez de lamentar a própria sorte e se fechar, a direção resolveu arregaçar as mangas. "Precisávamos aprender a controlar a situação", lembra a então coordenadora e atual assessora pedagógica da Secretaria Estadual de Educação, Cleonice Ferreira da Silva. "Junto com os alunos e, sobretudo, com os pais, buscamos uma saída." A solução foi um projeto de gestão democrática, que transferiu parte da responsabilidade sobre a administração. Muitas decisões passaram a ser tomadas em conjunto. "Sempre que um pai vinha reclamar de alguma coisa, escutávamos e perguntávamos como melhorar", conta Cleonice.

Passo a passo, a escola construiu um galpão, comprou condicionadores de ar e computadores e montou uma biblioteca. À noite, nos finais de semana, feriados e, férias, entidades comunitárias usam as salas para suas reuniões. Paralelamente, foram feitos investimentos na capacitação dos professores, considerando sempre as suas necessidades pedagógicas. Todas as ações tinham um objetivo maior: o ensino de qualidade. Os professores, então, começaram a pressionar os alunos e a questioná-los por causa do grande número de faltas. "Quando eles não apareciam, encaminhávamos uma notificação ao Conselho Tutelar", diz Sônia Aparecida Larranagas, coordenadora geral do Costa Marques. Por lei, o Conselho deve visitar as famílias e pressioná-las a obrigar os jovens a frequentar as aulas.

Em 1999, a repetência ficou em apenas 3,7% e a evasão caiu para 0,7%, números que garantiram ao Costa Marques, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio Escola Referência Nacional em Gestão, concedido pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Unesco. A diretora, Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes, ganhou como prêmio um curso em Washington sobre participação comunitária no ensino.

Fonte: Nova Escola, n2133, junho de 2000

## Ensinar com prazer

Tradicionalmente a educação formal tem sido um fardo pesado tanto para os professores quanto para os alunos. Deixando de lado os minutos do intervalo, as conversas com os colegas, a merenda, a escola tem sido um lugar desagradável. Professores e alunos parecem rezar, ansiosos para que toque a campainha e encerre a aula. Mas do que as crianças, são os adolescentes que demonstram insatisfação e não encontram na escola algo que seja importante para a sua vida.

É necessário buscarmos outras formas de realização do processo ensino-aprendizagem. Formas em que o aluno também seja ativo, participe, discuta"posicione-se e, não simplesmente receba e escute do professor. Formas que envolvam não somente o desenvolvimento intelectual e cognitivo, mas também o emotivo e o afetivo. Formas em que professores e alunos façam, produzam juntos. Formas em que a realidade esteja presente e que não se limitem às quatro paredes da sala de aula. Formas que não sejam superficiais, mas que não precisem ser carrancudas, tenham ludicidade e prazer, tão caros às crianças e adolescentes.

Não acreditamos que existam receitas prontas, já que cada realidade apresenta características próprias. Gostemos ou não, compete aos educadores encontrar caminhos, dá respostas à altura dos desafios, usar da sua criatividade a partir da realidade na qual atuam. Quanto à escola, espera-se que pelo!menos não dificulte, não coloque pedras no caminho das iniciativas criativas. Acreditar que se está educando os alunos simplesmente porque os professores estão em sala de aula expondo, explicando, transmitindo os conhecimentos dos livros, é ter uma visão reducionista do processo educativo. Empobrece a educação.

Acreditamos que uma possibilidade efetiva de se trabalhar com os elementos acima mencionados, são as oficinas pedagógicas. A realização das oficinas requer preparação, não pode ser feita na base do improviso. Os educadores devem ter claros os *objetivos* da oficina, o tempo de realização, o número de participantes, os *recursos materiais, didáticos e de apoio* necessários, todo o processo de *desenvolvimento* da oficina. A preparação do próprio educador é fundamental, daí a importância de estudar o tema da oficina, de buscar assessorar-se caso necessário. A oficina não é uma atividade rígida, mas requer que o educador tenha .todo' o material em mãos e busque seguir aquilo que preparou.

A seguir, relacionamos alguns modelos de oficinas pedagógicas que possibilitam aos educadores um fazer pedagógico mais prazeroso. Lembramos que não são receitas de bolo e, portanto, não dispensam os educadores de buscar os seus próprios caminhos. As oficinas que seguem servem como modelos diferenciados e possíveis de se realizar uma oficina.

## A VIDA COMO DIREITO

**Autora:** Vera Maria Candau et. alli.

**Fonte:** CANDAU, V; M. et alU. *Tecendo Cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos*.

Petrópolis: Vozes, 1999.

### **Objetivos:**

- refletir sobre o valor da vida, estruturador de todos os demais direitos, como direito
- primordial e básico de todas as :pessoas e grupos humanos;
- desenvolver uma visão crítica em relação às estruturas sociais que determinam as condições de vida das pessoas e grupos sociais na sociedade brasileira, no contexto da problemática latino-americana;
- comprometer-se com ações concretas de solidariedade que busquem promover o direito à vida.

### **Desenvolvimento:**

*1º momento: A Festa da vida*

Trata-se do momento da apresentação. Com esta dinâmica pretende-se criar um ambiente de descontração, onde os "convidados" possam trocar algumas informações pessoais e, assim, estabelecer um primeiro contato.

O local da festa pode ser preparado, visando a sensibilizar os jovens para o evento. Por isto, é adequado providenciar, por exemplo, lanche, músicas e enfeites.

Para a dinâmica da apresentação indica-se:

<b>Convite</b> <b>A festa da vida</b>
Nome:.....
Data de nascimento:.....
O que você mais gosta de fazer para se divertir? .....
Indique um local em que você conheceu algum amigo importante na sua vida.....
<b>Divirta-se</b>

Eis aqui uma sugestão.

- Solicitar o preenchimento do convite da festa. Logo que chegarem ao local, os participantes devem receber um convite em branco e completá-lo com dados que auxiliem na sua identificação.
- Pedir que os participantes coloquem os convites numa caixa. Depois, cada pessoa retira um convite, devolvendo e pegando outro, caso tenha retirado o próprio.
- Sugerir que cada um procure a pessoa que está com seu convite e, ao encontrá-la, trocar

informações e conversar a partir dos dados que o convite contém. Desse modo, vai-se criando uma rede de comunicação entre os participantes da festa.

- Feitas as apresentações, cada convidado deve entregar o seu convite a você, coordenador, credenciando-se para participara da etapa seguinte da oficina.

### *2º momento: Imagens da Vida*

Esta dinâmica exige que o Coordenador, selecione previamente 2 ou 3 fotos (dependendo do número de participantes), que sejam significativas para a realidade do grupo e, em seguida, faça delas um quebra-cabeça. Colar as fotografias em cartolina de cores diferentes e recortá-las em pedaços irregulares para formar os quebra-cabeças.

Tudo pronto, sugere-se a seguinte dinâmica:

- Entregar a cada participante uma parte do quebra-cabeça, construído a partir da fotografia.
- Estimular a organização de grupos, adotando como critério as cores das peças dos quebra-cabeças.
- Levar cada grupo a montar o seu quebra-cabeça.
- Em seguida, incentivar o diálogo com base nas perguntas: Que sentimentos estas fotos provocam em você? Como vocês vivenciam o direito à vida no seu cotidiano?
- Depois, pedir para que os grupos leiam alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o texto *Direito à Vida\** discutir livremente, aprofundando o tema.
- Para finalizar esta etapa, solicitar que cada grupo faça um cartaz-síntese das discussões realizadas, para posterior apresentação em plenário.

### *3º momento: O Direito à Vida em Nossa Sociedade*

Aqui, o momento certo para enriquecer ainda mais a discussão conjunta, em plenário, propõe-se:

- Solicitar que cada grupo apresente a síntese do trabalho realizado na etapa anterior.
- Após todas as apresentações, incentivar a ampliação do debate através de perguntas como: Na sua cidade, no Brasil, na América Latina, o direito à vida é respeitado? Quando você acha que ele é respeitado? Quais as principais violações a este direito?

### *4º momento: Direito à Vida: Nosso Compromisso*

O momento é de clímax e para alcançá-lo sugere-se:

- Colocar, na parede, dois papéis pardos grandes, contendo, cada um, as perguntas: O que

foi mais significativo neste tema? Como podemos nos comprometer para que este direito seja respeitado na nossa sociedade?

- Pedir que todos respondam individualmente as perguntas, registrando as respostas nos cartazes. Os participantes devem usar as canetas coloridas para destacar suas respostas e ilustrá-las com fotos disponíveis sobre o tema.
- Para concluir, o coordenador deve fazer uma síntese final e favorecer um diálogo que permita chegar a um compromisso concreto que todos possam assumir no seu dia-a-dia.

Esses três textos sugeridos pelas autoras são os recursos de apoio por elas propostos para essa oficina. Como aqui nossa intenção é apresentar modelos de oficinas pedagógicas, auxiliando assim o professor a preparar as suas próprias oficinas de acordo com a realidade dos seus alunos, colocamos apenas a título de exemplo de recursos de apoio, alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente e transcrevemos somente o primeiro parágrafo do texto Direito à Vida .

### **Material necessário:**

Para esta oficina é preciso dispor de :

pedaços de cartolinas para convites; caixas para convites; cola; tesoura; fita adesiva; papel pardo – diversas folhas; cartolinas- diversas folhas; canetas hidrocor de diferentes cores; fotos significativas para realidade do grupo (2º momento) e relacionadas ao tema (4º momento).

### **Recursos de apoio:**

Texto 1 - *Declaração Universal dos Direitos Humanos*

*Artigo 1º- Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros*

*Artigo 3º - Todo indivíduo tem direito à Vida, à liberdade e à segurança de sua pessoa.*

Texto 2 - *Estatuto da Criança e do Adolescente*

*Artigo 7º- A criança e o adolescente têm direito à vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.*

Texto 3: *Direito à Vida*

*A vida é necessária para que uma pessoa exista. Todos os bens uma pessoa, o dinheiro e as coisas que ela acumulou, seu prestígio político, seu poder militar, o cargo que ela ocupa, sua*

*importância até seus direitos, tudo isso* deixa de ser importante quando acaba a vida. Tudo que uma pessoa tem acaba perde o valor, deixa de s]ter sentido, quando ela perde a vida. Por isso pode-se dizer que a vida é o bem principal de qualquer pessoa, é o primeiro valor mora de todos os seres humanos. (...)

*Dalmo de Abreu Dalari. Viver em Sociedade. Moderna. São Paulo. 1985*

*“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros.”*

## CONHECENDO SÃO LUÍS, PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

### Louvação de São Luís

(Bandeira Tribuzi)

Ó minha cidade  
deixa-me viver  
que eu quero aprender  
tua poesia:  
Sol e maresia  
lendas e mistérios  
lunar das serestas  
o azul de teus dias.  
Quero ouvir, à noite,  
tambores do congo  
gemendo e cantando  
dores e saudades,  
a evocar martírios, (bis)  
lágrimas e açoites,  
que floriam claros sóis  
da liberdade!  
Quero ler, nas ruas,  
fortes, cantarias,  
torres e mirantes,  
igrejas e sobrados,  
nas lentas ladeiras  
que sobem agústias,  
sonhos do futuro,  
glórias do passado.  
Quero ouvir, à noite,

tambores do congo  
gemendo e cantando  
dores e saudades,  
e evocar martírios,(bis)  
lágrimas e açoites,  
que floriem claros  
sóis da liberdade!

**Autora:** Maria José Bacelar Almeida.

**Fonte:** Núcleo de Referência da Criança e do Adolescente {MNMMR-MA e CDMP}.

**Objetivos:**

- contribuir para a divulgação da cidade de São Luís, favorecendo o resgate de suas origens e o conhecimento de sua história;
- discutir a realidade sócio-econômica com ênfase nas desigualdades sociais

**Desenvolvimento:**

*1º momento: Sensibilização*

Para a realização desta etapa sugere-se duas atividades:

- Cantar e interpretar a letra da música "Louvação de São Luís", de Bandeira Tribuzi;
- Exibição e discussão das fitas de vídeo "São Luís do Maranhão, Patrimônio da Humanidade" e/ou "Maranhão", de-Paula Saldanha e Roberto Wernek.

*2º momento: Aprofundamento da temática*

- Leitura, análise e discussão das lendas de São Luís (Guia de São Luís do Maranhão, de Jomar Moraes e/ou do livro "Touchê: uma aventura na cidade dos azuleijos", de Wilson Marques;
- Passeio ao Centro Histórico de São Luís. (Obs.: não esquecer de organizar um roteiro, levar os livros ou *textos* trabalhados anteriormente).
- Visita ao Museu de Mes Visuais.
- Registro das atividades para depois apresentar ao plenário.

*3º momento: Discussão de temáticas sobre a cidade de São Luís, tais como:*

- A beleza e a magia da cidade Patrimônio da Humanidade.
- Desigualdades sociais existentes.
- Produção de uma carta aberta à comunidade sobre a necessidade de participação na preservação da cidade. Ou: produção e encaminhamento, de uma carta aberta ao : prefeito da cidade de São Luís sobre um sonho de cidade para as crianças e adolescentes da classe popular.

4º momento: *Encerramento: culminância da oficina*

- Apresentação e exposição dos trabalhos produzidos pelos participantes da oficina, : através de cartazes, cineminha, história ampliada, dramatizações, jograis, poesias, . corais, maquetes, manifestações culturais.
- Exposição dos trabalhos.

**Material necessário:**

TV e vídeo; livros; gravuras ou fotos da cidade de São Luís; papel cartão; tintas com. cores variadas; lápis de cor; caixas; lápis hidrocor; cola; tesoura; cartazes ou cartões postais; vale transporte ou passe escolar.

**Recursos de apoio:**

- Vídeos:

"São Luís Patrimônio da Humanidade".

"Religião e Cultura Popular" (Ferretti).

"Maranhão", de Paula Saldanha e Roberto Wernek.

- Livros:

"Touchê: uma aventura na cidade dos azulejos" (Wilson Marques).

"Touchê: uma aventura em noite de São João" (Wilson Marques).

"Ana Jansen não é lenda". Reportagem especial "São Luís 387 anos", O Estado do Maranhão.

"Folclore Maranhense" (José Ribamar Sousa Reis).

"Lendas sobre São Luís" (Jomar Moraes).

"Ruas de São Luís" (Orlando Brito).

"São Luís: Fundamentos do Patrimônio Cultural" (Ananias Martins).

"Tendências da Economia Mundial e Ajustes Nacionais e Regionais" (Moacir Feitosa).

"Terra de Caboclo" (Mundicarmo Ferretti).

"Vidas Ameaçadas" (Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini).

## A LAMPADA DE ALADIM

### **Ficha de Trabalho**

Você encontrou uma lâmpada mágica – a lâmpada de Aladim

Você tem direito de fazer um pedido ao gênio.

Escreva seu pedido dentro da lâmpada.

**Autoras:** Margarida Serrão e Maria Clarice Baleeiro.

**Fonte:** SERRÃO, M. e BALEEIRO, M. C. Aprendendo a Ser e a Conviver. São Paulo: FTD, 1999.

### **Objetivos:**

- expressar valores, necessidades e desejos individuais; +perceber os valores do grupo.

### **Desenvolvimento:**

1. Grupo em círculo, sentado.
2. Distribuir lápis e ficha de trabalho a cada participante, pedindo que todos respondam ao que é solicitado, individualmente. Tempo.
3. Cada pessoa apresenta para o grupo o seu pedido, colocado na ficha de trabalho. O facilitador prende as fichas na parede, a medida que vão sendo apresentadas, agrupando-as de acordo com os seguintes critérios.
  - pedidos feitos em benefício próprio;
  - pedidos feitos em benefício de outro;
  - pedidos feitos em benefício da coletividade.

Estes critérios devem permanecer desconhecidos para o grupo.

4. Quando todos os pedidos tiverem sido apresentados, o facilitador pede ao grupo que tente perceber qual foi o critério adotado para agrupamento. Tempo
5. Plenário – discutir os seguintes pontos:
  - Que critérios você pensa terem sido escolhidos pelo facilitador para o agrupamento dos pedidos?
  - Algum agrupamento contém número de escolhas maior do que os demais? O que isto significa para você?
  - O que lhe chamou mais atenção em todos os pedidos?
  - Se fosse dada ao grupo a oportunidade de fazer um pedido, o que você acha que este grupo pediria?

6. Fechamento: o facilitador reflete com o grupo sobre a importância de todos os pedidos, pontuando o fato de que a satisfação pessoal também é composta pelo bem-estar coletivo.

**Material necessário:**

Ficha de trabalho, lápis, fita crepe.

**Comentário:**

O ponto essencial deste trabalho é a expressão das necessidades, sonhos e desejos pessoais, grupais e coletivos.

O facilitador deve ficar atento para não valorizar um tipo de pedido em detrimento de outro. Todos são legítimos. No entanto, não pode deixar de analisar com o grupo os eventuais desequilíbrios que favoreçam apenas uma dimensão, possibilitando assim uma reflexão existencial mais profunda.

Esta dinâmica pode ser utilizada, também, como diagnóstico do grupo quanto às suas necessidades e desejos.

## **NATAL, O MENINO NASCEU**

**Autora:** Maria José Bacelar Almeida.

**Fonte:** ALMEIDA, M.J.B. Oficina de Leitura e Vivência. São Luís: MNMMR-MA.

**Objetivos:**

- resgatar nas crianças e adolescentes o verdadeiro espírito natalino de solidariedade e cooperação;
- democratizar o acesso à leitura e manifestações populares, organizando e produzindo cartões, árvores de natal, arranjos natalinos e mantendo a tradição dos presépios;
- contribuir para a organização dos meninos e meninas através da leitura e discussão das várias formas de violência contra crianças e adolescentes da classe popular.

**Desenvolvimento:**

1º momento: *Leitura de imagens*

A ideia nesta primeira etapa é conhecer a concepção dos participantes sobre a realidade das crianças e adolescentes da classe popular, refletindo sobre as várias formas de violência e sobre o verdadeiro sentido do Natal.

1. Apresentação
2. Distribuição de gravuras
3. Trabalho de grupo: leitura de gravuras pelos meninos e meninas. Chamar a atenção de

meninos e meninas para:

- Expressão dos personagens.
- O foco (o que é mostrado com mais ênfase).
- O cenário
- Possíveis conseqüências.
- A cor, etc.

4. Apresentação da leitura.

5. Conclusão: pelo oficinairo.

*2º momento: Criação de um jornal mural*

1. Leitura e discussão da carta aberta do Nordeste e de São Luís - Violência contra: crianças e adolescentes.

2. Distribuição dos materiais necessários e Orientação do oficinairo quanto à produção de um jornal mural.

3. Produção do jornal mural:

- orientação sobre a utilização dos materiais;
- pesquisar e recortar as gravuras de acordo com a temática;
- pesquisar o conteúdo trabalhado;
- pesquisar cores e texturas;
- orientação quanto à utilização de algumas técnicas, como: recorte e colagem, pintura, etc.
- comunicação . imagens, textos, frases, etc.;
- expressões dos sentimentos através da arte;
- finalmente o jornal mural.

– Material necessário: papel;pardo,papel cartão, revistas atualizadas, jornais atualizados, gravuras, lápis de cor, lápis de cera, hidrocor, tinta guache, cola, tesoura, etc.

4. Apresentação e exposição do jornal mural.

*3º momento: A Hora do Conto*

1. Organizar numa caixa ou cesta decorada com motivos natalinas, vários livros de literatura infantil e infanto-juvenil, de referência sobre a temática do Natal, solidariedade e/ou organização da classe popular.

Por exemplo:

O Natal de Fred (Ir. Crismanda, Paulinas); A Estrela do Natal (Marcus Plister, Manole); Símbolos do Natal (Natália Maccari, Paulinas); Maria, José e o Anjo; Os Três reis Magos; Os Pastores (Carol Watson, Paulinas); O Natal (Natalia Maccari, Paulinas); A Loja dos Brinquedos (Rubem Alves, Loyola); A História do Presépio (Antonia Tarzia); Papai Noel Existe? (Ênio Reis, Paulinas); O Milagre de Natal (Luiz F. Abreu, Paulinas).

2. Solicitar aos participantes que se aproximem da cesta ou caixa de livros. Pedir para que os mesmos escolham o livro que mais lhes chamar a atenção.

3. Fazer, individualmente, a leitura do livro escolhido;

4. Contar a história para o restante do grupo;

5. Contar a história para no mínimo quinze crianças, em casa, na rua ou no bairro. Criar um clima de magia e alegria.

*4º momento: Oficina - Loja de Brinquedos*

Com muita imaginação e sem gastar muito, pode-se organizar uma oficina de brinquedos com os meninos e meninas. Brinquedos divertidos que estimulam a imaginação da garotada, além do desenvolvimento afetivo, a partir do brinquedo construído. Bonecas de pano, carrinhos de madeira, trenzinho, circo, cavalinho de pau, arca de Noé, pipas e outros brinquedos poderão ser confeccionados pelos meninos e meninas.

Oicineiro poderá resgatar a história do Papai Noel\*.

**\* Conto Natalino**

O papai Noel existiu, sim. Sua origem está no bispo São Nicolau, que viveu no século IV, na Ásia menor, mais precisamente em Constantinopla, hoje Istambul, na Turquia. Famoso por sua generosidade e seu amor pelas crianças, São Nicolau auxiliava os pobres e, na época de natal, saía às ruas, anonimamente, distribuindo presentes às crianças abandonadas e saquinhos de ouro aos necessitados.

O papai Noel, do jeito que conhecemos hoje, é uma versão estilizada de São Nicolau, criada na Alemanha. Existe também uma versão Antiga Rússia. Segundo eles na Idade Média uma peste assolou a Europa deixando milhares de órfãos. Como era época de natal, noel pediu permissão a Deus para vir à Terra trazer presentes para eles, disfarçado de camponês.

- ouvir a opinião das crianças sobre o conto natalino. Se o grupo quiser ir mais além, discutir sobre:
- O significado da troca de presentes na noite de Natal;
- O consumismo dos dias atuais;
- a solidariedade que dignifica e contribui para a construção da cidadania;
- os brinquedos poderão ser colocados em exposição na escola ou programa de atendimento distribuídos para a meninada, de acordo com o seu construtor.

- Convém ressaltar que esta última atividade contribui para o fortalecimento da auto-estima dos meninos e meninas.

#### *5º momento: Cartões, Árvores, Arranjos e Presépios*

O oficinheiro poderá organizar pequenas oficinas de cartões, árvores de natal, arranjos natalinos e organização de presépios. Sempre resgatando a história de cada símbolo, significado e importância.

Procurar criar um clima de festa e alegria, transformando a escola, o programa de atendimento, a rua ou a comunidade num lugar mágico com muita originalidade e bom gosto, expressando o desejo de um lindo e feliz Natal na vida dos meninos e meninas do mundo inteiro.

- Produção do cartão

Orientação quanto à utilização dos materiais

- O oficinheiro deverá criar clima e espaço, para o desenvolvimento da criatividade dos meninos e meninas.

- Observar a natureza;
- coletar materiais: na beira da praia, na beira do rio, nos parques..., sempre acompanhado pelo educador;
- discutir sobre a mensagem;
- expressão dos sentimentos, se eles gostam de receber mensagens, de escrever, etc.
- Material necessário: cartolina, papel cartão, cola, tinta guache, lápis de cor, lápis de cera, pincéis, caneta hidrocor, etc. .

- Árvores de Natal

A árvore de Natal simboliza a vida.

- A árvore de Natal deverá ser construída coletivamente, envolvendo pessoas da comunidade, educadores, crianças e adolescentes.

- Existe uma variedade de estilos: tradicionais, naturais, rústicas, tropicais.
- Convém destacar a importância da energia positiva vivenciada por todos na construção da árvore.
- Material necessário: bolas coloridas, pinheiros, flores vermelhas e folhagens verdes, tecidos, frutas, tinta spray dourada, tinta guache, pincéis, flores, folhagens desidratadas; troncos de madeira, etc.

- Arranjos natalinos

Decoram e energizam positivamente o ambiente, desenvolvem a criatividade contribuindo para o fortalecimento da espiritualidade de todos os envolvidos.

A vela representa Jesus Cristo, o centro da fé, enquanto as flores, os ramos de trigo e os frutos trazem votos de prosperidade, fertilidade e longevidade.

- Material necessário: cestinhas de vime, velas, fitas, cerâmicas; presépios, cabaças, flores coloridas, folhagens, frutas, barro, buchas, sementes, conchas, pedrinhas, pincéias de pelo, lixa nº100, cola para papel e para madeira, etc.

### **Professor também estuda**

Uma sérias dificuldades da educação brasileira, é a capacitação dos seus profissionais, especialmente aquele profissional que tem a tarefa direta de relacionar-se todos os dias com os alunos na sala de aula: o professor. Esse cidadão que outrora tinha um posto privilegiado no quadro social, que já teve sua profissão confundida com um sacerdócio, hoje não passa de um cidadão comum, é mais um trabalhador assalariado lutando por sua sobrevivência.

Mas as coisas estão mudando. E é extremamente necessário que o professor seja capaz de acompanhar as mudanças do seu tempo. A sociedade brasileira está descobrindo a educação e esta descoberta tem conseqüências diretas na vida do professor. Foi-se o tempo do professor "sabe tudo", inquestionável e dono do saber. Mas também devemos dar adeus ao professor "baixa-estima", que não ama o que faz e faz com má vontade; está passando o tempo do professor "lamúria" que só se queixa dos baixos salários e das condições de trabalho, mas não move uma palha para mudar a situação, agarrado que está à mesmice educacional.

Hoje, exige-se do profissional da educação que ele ame e valorize o que faz. E, por isso, um professor que busca atualizar-se, capacitar-se, um professor.; que nunca deixe de ser estudante. É verdade que a realidade é dura; na maioria dos 'casos os professores trabalham dois turnos, outros três. É um trabalho desgastante e muitas vezes mal remunerado e pouco reconhecido. Mas as coisas ficarão pior se este profissional perder,o bonde da, história, não se atualizando e chorando o leite derramado por exercer uma profissão "íngrata".

Abaixo, relacionamos algumas sugestões de fontes para a pesquisa ligada à temática ética e cidadania. São livros, revistas, fitas de vídeo, sites, que fornecem um rico conteúdo para atualizar e aprofundar o conhecimento dos educadores. Algumas dessas fontes são mais consistentes, sendo, portanto, mais apropriadas para o estudo pessoal do professor. Outras fontes são mais didáticas e destinadas ao uso em sala de aula com os alunos. A relação abaixo não segue os critérios de uma bibliografia, para facilitar a localização ordenamos as obras pelo título em seqüência alfabética. Colocamos ainda o endereço de algumas instituições locais que podem contribuir com a escola, com alguma forma de assessoria ou prestando esclarecimentos e informações. É um caminho de parceria entre a escola e a sociedade.

“Quem se rende à tentação do ninho jamais aprende a voar, quem não se aventura pelos mares verá o casco de seu barco apodrecer em pleno cais, quem não ousar na vida profissional ficará superado porque não foi capaz de dialogar com as mudanças que o tempo ofereceu”

*Werneck, H. Como vencer na vida sendo professor. Petrópolis: Vozes, 1998. p.80*

## **Livros**

### **A História Social da Criança**

Philippe Aries. Afiliada

### **Aprendendo a Ser e a Conviver**

Margarida Serrão e Maria Clarice Baleeiro. FTD.

### **Aprendiz do Futuro - cidadania hoje e amanhã**

Gilberto Dimenstaen. Ática. (série Discussão Aberta).

### **A Turma da Mônica em: O Estatuto da Criança e do Adolescente**

MEC

### **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**

Glória Diógenes e Anna Blume.

### **Cidadania em Preto e Branco**

Maria Aparecida Silva Bento, Ática. (série, Discussão Aberta).

### **Conversando sobre Ética e Sociedade**

Jung Mo Sung e Jusué Cândido da Silva. Vozes.

### **Direitos Humanos e Cidadania**

Dalmo de Abreu Dallari. Moderna. (col. Polêmica).

### **Distintos Olhares da Cidadania**

UNICEF.

### **Ética e Cidadania: caminhos da filosofia**

Sílvio Gallo. Papyrus.

### **Ética e Educação**

Renato Caporali. Gryfus. (Educação em diálogo, vol. 1).

### **Ética Globalizada e Sociedade de Consumo**

Júlio José Chiavenato. Moderna. (col. Polêmica).

### **Filosofando: introdução à filosofia**

Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins. Moderna.

### **Mais que uma Nova Lei, um Novo Olhar: pequena introdução ao novo direito da infância e da juventude**

Antônio Carlos Gomes da Costa. Instituto Ayrton Senna.

### **Manual de Direitos Humanos**

M.N.D.H.

**Meninas da Noite**

Gilberto Dimenstaen. Ática.

**Missão Terra: o resgate do planeta**

UNICEF

**Natal: O Menino Nasceu: oficina de leitura e vivência**

Maria José Bacelar. M.N.M.M.R. . MA

**O Cidadão de Papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil .**

Gilberto Dimenstein. Ática. (série Discussão Aberta).

**Oficinas Pedagógicas de Direitos Humanos**

Vera Maria Candau, Suzana Beatriz Sacarino, Martha Marandino, Maria de Fátima M. . Barbosa e  
Andreá Gaspari Maciel. Vozes.

**Os Adolescentes e a Lei**

Mário Volpi e João Batista Costa Saraiva. UNICEF.

**Para Filosofar**

Cassiano Cordi et aUi. Scipione.

**Que fazer: teoria e prática em educação popular**

Paulo Freire e Adriana Nogueira. Vozes

**Rompendo o Silêncio.**

João de Jesus da Costa. CDMP.

**Sair do Papel: cidadania em construção**

UNICEF.

**Se Liga no ECA**

CEDCA - MA

**Sou Criança: Tenho Direitos: oficinas pedagógicas de direitos humanos**

Vera Maria Candau, Suzana Beatriz Sacarino, Martha Marandino, Maria da Consolação Lucinda e  
Adélia M. Nehme Simão e Kolf. Vozes .

**Tecendo Cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos**

Vera Maria Candau, Suzana Beatriz Sacarino, Martha Marandino e Andreá Gaspari Maciel. Vozes.

**Temas de Filosofia**

Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins. Moderna.

**Trabalho: história e tendências**

Aurélio Eduardo do Nascimento e José Paulo Barbosa. Ática. (série Discussão Aberta).

**Uma História da Criança**

Ana Dourado e Cida Fernandez. CENDHEC.

## **Violência e Cidadania no Brasil: 500 anos de exclusão**

Regina Célia Pedroso. Ática. (série Discussão Aberta).

## **Revistas/Jornais**

### **Alô Mundo**

Caixa Postal 55, CEP 06751~970, Taboão da Serra, SP

E-mail: [camsp@mandic.com.br](mailto:camsp@mandic.com.br)

### **Diálogo**

R. Domingos de Moraes, 678, CEP 04010-100, São Paulo, SP Tel.: (Oxx11) 575 5581 - Fax: (Oxx11) 575 5581

E-mail: [dialogo@paulinas.org.br](mailto:dialogo@paulinas.org.br)

### **Mundo Jovem**

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33, Caixa Postal 1429, CEP 90.001-970, Porto.Alegre, RS Tel.: (Oxx51) 320 3599 e (Oxx51) 3391610 - Fax: (Oxx51) 320-3902

E-mail: [mundojovem@puers.br](mailto:mundojovem@puers.br)

### **Nova Escola**

Redação Nova Escola, Av. das Nações Unidas, 7221, 6Q andar, Pinheiros, São Paulo, SP Tel.: 0800782811 - Fax: (0xx11)3037 4322 E-mail: [novaescola@abril.com.br](mailto:novaescola@abril.com.br)

### **Temas**

Educação, Ciência e Vida - Publicação bimestral educativo-cultural da Cooperativa de Profissionais da Educação de Petrolina (COPEP).

Rua Manoel Clementino, 1040, Centro, CEP 56.300-000, Petrolina, PE

Tel.: (Oxx81) 861 8338

E-mail: [copep@uol.com.br](mailto:copep@uol.com.br)

### **Educação**

Revista mensal do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo. : Editora

Segmento: Rua Cunha Gago, 412, 1Q andar, CEP 05.421-001, Pinheiro, São' Paulo, SP. Tel.: (Oxx11) 30395600 - Fax: (Oxx11) 3039 5610

E-mail: [educação@editorasegmento.com.br](mailto:educação@editorasegmento.com.br)

## **Fitas de Vídeo**

**A Guerra dos Meninos.** Sandra Werneck.

**As Meninas.** MNMMR - PR

**Central do Brasil.** Walter Salles Júnior.

**Chamada à Ação: combatendo o fracasso escolar no Nordeste.** UNICEF - Projeto: Nordeste - Banco Mundial - MEC

**Crianças Abandonadas.** 2º Encontro Nacional do MNMMR.

**Estatuto do Futuro.** CECIP.

**Ilha das Flores.** Jorge Furtado.

**O Estatuto Taí, Só Falta Cumprir.** 3º Encontro Nacional do MNMMR.

**O Menino Maluquinho.** Halvécio Ratton.

**O Município em Defesa da Infância e da Adolescência.** UNICEF/CECIP

**Profissão Criança.** OIT

**Quero Educação para Ser Cidadão.** 4º Encontro Nacional do MNMMR.

**Queremos Viver e não Sobreviver.** 5º Encontro Nacional do MNMMR.

**Sociedade dos Poetas Mortos.** Peter Weir.

**Uma Escola para Todos:** em busca da cidadania. UNICEF

### **Sites/Internet**

**[www.andi.org.br](http://www.andi.org.br)**

Site da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI)

**[www.cdmp.hpg.com.br](http://www.cdmp.hpg.com.br)**

Site do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Pe. Marcos Passerini

**[www.fundabrinq.org.br](http://www.fundabrinq.org.br)**

Site da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança

**[www.geocities.com/CapitaoIHill/8885](http://www.geocities.com/CapitaoIHill/8885)**

A Homepage Oficial da Criança Carente no Brasil

**[www.ibam.org.br](http://www.ibam.org.br)**

Site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal

**[www.ibase.org.br](http://www.ibase.org.br)**

Site do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (I BASE)

**[web.ibge.gov.br](http://web.ibge.gov.br)** .

Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**[www.iguais.com.br](http://www.iguais.com.br)**

Página do IG direcionada ao público adolescente

**[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)**

Site oficial do Ministério da Educação (MEC)

**[www.tvebrasil.com.br/educaléfauYt.htm](http://www.tvebrasil.com.br/educaléfauYt.htm)**

Página da TVE direcionada à educação (Salto Para o Futuro - Educação à Distância)

[www.unicef.org/brazil](http://www.unicef.org/brazil)

Site do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil

[www.uol.com.br/aprencliz](http://www.uol.com.br/aprencliz) Site do Projeto Aprendiz do Futuro

[www.uol.com.br/educaçao](http://www.uol.com.br/educaçao) - Página do UOI direcionada à educação

[www.uol.com.br/novaescola](http://www.uol.com.br/novaescola) - Site da revista Nova Escola

## **Endereços**

### **Cáritas Maranhão**

Rua Montanha Russa, 73, centro, São Luís-MA, CEP 65010760, tel: 2212216 - fax: 2312700

### **Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN)**

Rua dos Guaranis, s/n, Barés, João Paulo, São Luís,MA, tel.: 230 3044 e 243 9707

### **Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**

#### **Pe. Marcos Passerini (CDMP)**

Rua 7 de Setembro, 208, centro, São Luís-MA, CEP 65010120

tel.: 231 1445, fax 232 8245, e-mail: [cdmpslz@terra.com.br](mailto:cdmpslz@terra.com.br)

### **Comissão de Direitos Humanos**

Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão

Rua da estrela, 257, centro, São Luís-MA, CEP 65001970, tel.: 232 43,65

**Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (CEDCA}** Rua da palma, 19, São Luís-MA, CEP 65010440

tel.: 221 2309 e 221 2294 fax: 221 22294

### **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)**

Rua Issac Martins, 84, Centro, São Luis do Maranhão, tel: 3234913

### **Conselho Tutelar de São Luís - Itaqui Bacanga.**

Rua São José, 02, Vila Bacanga, São Luís-MA, CEP 65080000, tel.: 2402609

### **Conselho Tutelar de São Luís - Centro**

Rua Issac Martins, centro, São Luís-MA, CEP 65000000, tel. 2329619

### **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**

Praça Antonio Lobo, 03, centro, São Luís-MA, tel.:2224243

### **Curadoria da Infância e Juventude**

Av, Ribamar Pinheiro, 130, Madre de Deus, São Luís-MA, tel.: 221 1081

### **Grupo Solidariedade é Vida**

Rua São Gabriel, 200, Fé em Deus,São Luís-MA, tel.: 243 8869

**Movimento de Meninos e Meninas de Rua do Maranhão (MNMMR-MA)** Rua da palma, 383,

São Luís-MA, tel.: 232-2294

### **Rede Amiga da Criança**

Rua da SAVEDRA, 147, centro, São Luís-MA, CEP 65010630, tel/ fax.: 222 8468

### **Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)**

Rua,da Saúde, 243, centro, São Luís-MA, tel.: 2311601

## **Uma última Reflexão**

A discussão teórica em torno da educação para cidadania já vem de longa data, remonta mesmo as origens do pensamento liberal, ainda no século XVII. Há uma compreensão que se tornou comum, e que não deixa de ser ideológica, de que a educação é o meio mais apropriado e o fator mais importante para a realização da equalização social. Tal discurso: chegou aos nossos dias quase que intacto e hoje, assume no Brasil proporções gigantescas. Virou moda falar de educação quase como a "salvadora da pátria" Faz-se necessário, portanto, termos atenção enquanto educadores e desmistificarmos este discurso que não permite uma leitura mais crítica da realidade.

A educação escolar é pensada a partir de uma política educacional que, por sua vez, obedece ao dinamismo interno da organização social, política econômica, da sociedade na qual está inserida. Por isso, é dissimulador o discurso que propõe a educação escolar como solução para tudo, pois isola a escola da estrutura social, induzindo a sociedade a pensar que basta as pessoas terem acesso à educação para que se dê um processo crescente de equalização social.

A educação não é tudo, não resolve tudo, não é solução para todos os graves problemas sociais existentes. Portanto, quando falamos em educação para a cidadania, temos que ter presente o uso ideológico que se faz da própria educação. Com isso, a educação vai além da compreensão dos direitos e deveres inerentes ao convívio social, ela envolve também a crítica ético-social da própria estrutura social, econômica, política e cultural, bem como a formação da consciência crítica.

Tradicionalmente atribui-se à educação a tarefa primordial de preparar as novas gerações, transmitindo-lhes o patrimônio cultural adquirido ao longo da história da civilização. Neste processo de transmissão há interesses envolvidos, há ideologias, há relações, mas sobretudo há vidas envolvidas. No fundo, educar é ajudar a viver, mas viver como gente. Neste sentido, é a educação que nos humaniza, pois com ela adentramos no mundo propriamente humano: a cultura. A educação para a cidadania deve ter esse enfoque humanístico, essa preocupação com a formação do homem e da mulher capazes de novas relações com o outro e com o meio. E, por isso, a educação para a cidadania não se faz sem ética, sem formação moral.

É crescente a consciência por parte dos educadores que o desafio educacional para o próximo milênio assenta-se na formação moral. Longe desta afirmação nos levar à uma interpretação moralista, ela nos faz compreender a necessidade de repensarmos a educação no sentido mais amplo, enquanto formação integral do ser humano nos aspectos individual e social. Trata-se de uma ética, onde valores como o respeito mútuo, a solidariedade, a auto-estima, a dignidade humana deverão ser fomentados.

Na prática tal educação significa desafio e conflito, pois não existe receita pronta e as adversidades da vida social transbordam na escola. O processo educacional que se inicia na família muitas vezes nas mais precárias condições, deve encontrar na educação escolar a qualidade necessária não somente para a formação intelectual mas também para a formação humanística. Não se trata de querer "tapar" com a escola as falhas e lacunas da família ou da sociedade, mas tão somente de compreender que o modelo de uma educação escolar centrada somente na transmissão de conhecimentos e na capacitação técnica, não é capaz de responder aos desafios que o mundo contemporâneo nos coloca. "Sem cultura moral, não há saída para o homem" (A.EISTER).

Nesse contexto, há um redescobrir da importância do papel do professor. A educação para cidadania, alicerçada numa ética da solidariedade, - em termos práticos - não depende tanto dos meios e dos conteúdos, estes sem dúvida são importantes, mas é a atitude e a prática, o exemplo e a presença do professor que fará a diferença. Por isso é fundamental que enquanto educadores o sejamos por inteiro, autênticos. Nos pequenos gestos e na forma relacionamos com os alunos, talvez esteja o segredo da nossa grande contribuição social. Quantas crianças adolescentes passam todos os dias por nossas mãos. O que será delas? O que farão com o que aprenderam conosco? Nunca saberemos ao certo o "bem" ou "mal" que nossa ação possa desencadear na vida dos alunos, mas que bom seria se pudéssemos escutar um simples "obrigado professor!".

A escola, de fato, institui a cidadania. É ela o lugar onde as crianças deixam de pertencer exclusivamente à família para integrarem-se numa comunidade mais ampla em que os indivíduos estão reunidos não por vínculos de parentesco ou afinidade, mas pela obrigação de viver em comum.

(CANIVEZ, P. *Educar o Cidadão?* São Paulo: Papyrus, 1991. p.33)

## **Educação e Cidadania**

“ A educação para a cidadania precisaria empenhar-se em expurgar de cada homem as crenças, as fantasias, as ilusões e, quem sabe, as paixões, que em nada contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Sob esse enfoque, a ingenuidade, para não dizer a ignorância, é profundamente negativa, já que a pessoa ingênua é facilmente enganada pelos detentores do poder, movendo-se no espaço das crenças e opiniões, ela não consegue discernir o foco de sua dominação e acaba aceitando o discurso hegemônico do interesse geral criado pelo consenso. Por subestimar a importância de seu papel no jogo político da sociedade, o ingênuo abre mão de participar na solução dos conflitos, nas tensões sociais. Assim procedendo, não chega a desenvolver a prática democrática necessária nas negociações desses conflitos, de modo geral sufocando sua insatisfação e descontentamento.”

(FERREIRA, Nilda T. Apud SEVERINO, A.J. *Filosofia da Educação: construindo cidadania*. São Paulo: FTD, 1994. p103)

## **Bibliografia consultada**

- CAPORALI, Renato. *Ética e Educação*. Rio de Janeiro: Gryfus, 1999. (col. Educação e diálogo, vol.1).
- CANDAU, Vera Maria et alii. *Tecendo Cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *De Menor a Cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude: no Brasil*. Ministério da Ação Social /Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.
- *O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil*.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998. (col. Polêmica).
- DINIZ, Andréa & CUNHA, José Ricardo (org.). *Visualizando a Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião /Kroart, 1998.
- *Distintos Olhares da Cidadania*. Salvador: UNICEF/CEAO/Projeto Axé, 1998.
- *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8.069/90*. São Luís: Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - Pe. Marcos Passerini, 1999.
- *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- SÊDA, Edson. *O Novo Direito da Criança e do Adolescente*. Ministério da Ação Social /Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência.
- *Se Liga no ECA: o Estatuto da Criança e do Adolescente vai à escola e a comunidade*. São Luís: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão, 1999.
- SERRÃO, Margarida & BALEEIRO, Maria Clarice. *Aprendendo a Ser e a Conviver*. São Paulo: FTD/Fundação Odebrech, 1999

- SUNG, Jung Mo & SILVA, Josué Cândido da. *Conversando sobre Ética e Sociedade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. - V ÁZQUEZ, Adolfo Sánches. *Ética*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- VOLPI, Mário & SARAIVA, João Batista Costa. *Os Adolescentes e a Lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e a sua responsabilização*. ILANUD.
- ZADSNJAJDER, Luciano. *Ser Ético no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Gryfus, 1999.